



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E REGIONALIZADO

PPA 2012/2015



MACRORREGIÃO SERTÃO DOS INHAMUNS
2012

CID FERREIRA GOMES
GOVERNADOR

DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO
VICE-GOVERNADOR

IVO FERREIRA GOMES
GABINETE DO GOVERNADOR

ARIALDO DE MELLO PINHO
CASA CIVIL

JOEL COSTA BRASIL
CASA MILITAR

FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANTONIO EDUARDO DIOGO DE SIQUEIRA FILHO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

JOÃO ALVES DE MELO
CONTROLADORIA E OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

EDGAR LINHARES LIMA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

IVAN RODRIGUES BEZERRA
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA
CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
SECRETARIA DAS CIDADES

RENÉ TEIXEIRA BARREIRA
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

FRANCISCA ANDRADE DE MORAIS (RESPONDENDO)
SECRETARIA DA CULTURA

JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

FERRUCCIO PETRI FEITOSA
SECRETARIA ESPECIAL DA COPA 2014

ESMERINO OLIVEIRA ARRUDA COELHO JÚNIOR
SECRETARIA DO ESPORTE

CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO
SECRETARIA DA FAZENDA

FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

MARIANA LOBO BOTELHO ALBUQUERQUE
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

FLÁVIO BEZERRA DA SILVA
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA

CÊSAR AUGUSTO PINHEIRO
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS
SECRETARIA DA SAÚDE

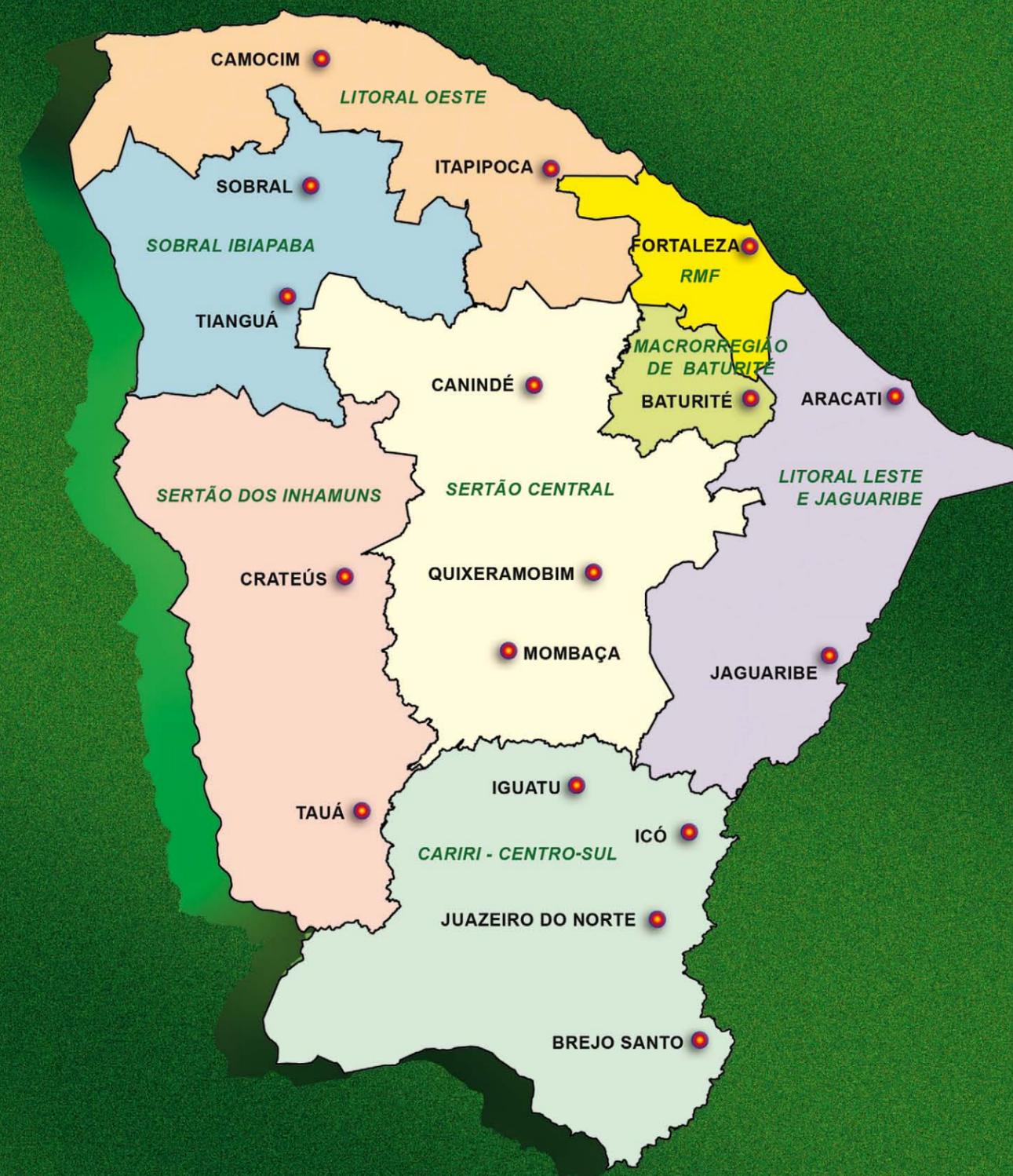
FRANCISCO JOSÉ BEZERRA RODRIGUES
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA
SECRETARIA DO TURISMO

ANDRÉA MARIA ALVES COELHO
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL

Sede das Oficinas Regionais - 2011 Macrorregiões de Planejamento



MENSAGEM DO GOVERNADOR

“O Ceará que estamos edificando será o resultado de uma construção coletiva, fundada na tolerância e na pluralidade de opinião, na convivência com a divergência e na capacidade de construir consensos. Colocar o melhor de nossas capacidades, de nossa inteligência, de nossa força, na concretização do projeto de crescimento com sustentabilidade, de bem-estar social para todos, é o meu compromisso e o de todos que ao meu lado me seguirão pelos próximos quatro anos”.

Com essas palavras, reiterarei, na abertura do documento do Plano Plurianual 2012 - 2015, o propósito, declarado no meu discurso de posse de recondução ao Governo do Ceará, de adotar a participação social como princípio para governar. Conclamamos agora buscarmos juntos a realização dos objetivos e metas e o alcance dos resultados que orientam o PPA do próximo quadriênio.

Sem dúvida, esse novo Plano incorpora as diretrizes traçadas a partir das contribuições advindas do compartilhamento de idéias, experiências e expectativas dos grupos de trabalho que apoiaram a continuidade da minha gestão. Por sua vez, a participação democrática da sociedade, que se deu por ocasião das oficinas regionais para elaboração do PPA 2012 – 2015, promovidas em 2011, consolidou a aprovação, pela população, de o Governo seguir buscando aperfeiçoar os resultados das conquistas da primeira gestão, ao mesmo tempo em que contribuiu, nas discussões, para inovação dos programas e projetos.

Dentre as orientações que marcaram a elaboração do presente PPA, destaco: a nova metodologia proposta pelo Governo Federal, à qual o Governo Estadual aderiu, visando conferir à Lei caráter estratégico, superando a condição de orçamento plurianual, com observância do preceito constitucional de estabelecer objetivos, diretrizes e metas; o objetivo expresso de realizar uma gestão por resultados ao apresentar indicadores estratégicos de governo e setoriais; e a apresentação dos compromissos regionais que levará à integração das políticas e pactuação com os entes federados e organizações da sociedade, todos delineando em termos gerais, o Ceará almejado no médio e longo prazos.

Manifesto a minha grata satisfação de nos reunirmos mais uma vez, para a realização do V Fórum de Planejamento Participativo e Regionalizado com o fim de apresentar a programação de Governo para o período 2012-2015 nas oito macrorregiões de planejamento estadual.

O PPA elaborado com a participação da sociedade cearense, por meio de seus legítimos representantes, se deu com a realização das 17 Oficinas Regionais de Planejamento Participativo no período junho/julho de 2011, envolvendo cerca de 4.700 pessoas. Nestes encontros reafirmamos nosso compromisso de promover a interlocução com os cearenses, ampliando e consolidando a coalizão social e política, promovendo o debate inteligente e fomentador de novas idéias.

Continuamos firmes no propósito de alavancar importantes setores de desenvolvimento social e econômico do nosso Estado, com a implantação e fortalecimento da infraestrutura econômica, social e urbana, a dinamização de importantes atividades e a ampliação da oferta de bens e serviços destacando as áreas de saúde, educação, segurança, trabalho e renda voltados para o acesso da população mais carente. Desse modo, prosseguimos com o propósito de aperfeiçoar mecanismos e instrumentos de práticas cidadãs, como o controle eficiente dos programas e indicadores de Governo, que permitirão a tomada de decisão cada vez mais consistente no âmbito da Administração Pública Estadual, além de proporcionar a oportunidade de aumentar o controle social exercido pela sociedade cearense.

Finalizo ressaltando a inestimável contribuição de todos os que, direta e indiretamente, contribuíram para o diálogo social, interlocução federativa, formação das parcerias, e para os trabalhos de apreciação legislativa, traduzidos no conteúdo do Plano Plurianual 2012-2015, acreditando que proporcionará a consolidação de outro desafio que já tem se mostrado real: o Ceará como referência positiva no cenário regional, nacional e internacional.

CID FERREIRA GOMES
Governador

O presente documento tem por objetivo apresentar à sociedade cearense os resultados do processo de participação ocorrido na fase de elaboração do PPA 2012-2015, fruto das discussões que se deram segundo a dimensão territorial do planejamento governamental estadual, procurando contribuir para responder às indagações e demandas oriundas das comunidades regionais e locais.

O trabalho está estruturado formalmente em três tópicos complementares e articulados entre si. O primeiro se inicia com a abordagem das diretrizes estratégicas por Eixos da Política de Governo, iniciando com o enfoque nos avanços ocorridos nos últimos quatro anos da gestão estadual nos setores mais representativos para o desenvolvimento do Ceará.

O segundo tópico descreve como o processo de fortalecimento da participação popular e regionalização das políticas públicas foi implementado pelo governo cearense visando a redução dos desequilíbrios interregionais ainda existentes. O tópico aborda, ainda, a metodologia participativa adotada para a elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 sistematizada em duas partes principais: uma associada às escolhas de temas estratégicos para as regiões que fundamentaram os compromissos regionais e outra relacionada às análises de demandas regionais e priorização de ações para orientar a ação pública programática dos próximos anos.

Finalmente é apresentado o Plano Plurianual 2012-2015 consolidado, com enfoque na macrorregião, com o Compromisso Regional, os programas setoriais com as respectivas metas quantificadas para 2012 e 2013-2015 a serem realizados na Macrorregião do Cariri/Centro-Sul, além dos grandes números do PPA.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO.....	06
3. A ESTRATÉGIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA E REGIONALIZADA	12
3.1. AÇÕES PRIORIZADAS NAS OFICINAS REGIONAIS	14
3.2. TEMAS ESTRATÉGICOS	21
4. PLANO PLURIANUAL - PPA 2012-2015	22
4.1. COMPROMISSOS REGIONAIS.....	22
4.2. PROGRAMAS E METAS REGIONALIZADAS	23
4.3. GRANDES NÚMEROS DO PPA.....	44

2. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

Para a gestão 2012 -2015, o Governo do Estado fundamentou-se nas premissas de aperfeiçoar as políticas que alcançaram bom desempenho, assegurar a continuidade das conquistas da primeira gestão e inovar com criatividade os programas e projetos implementados. Assim, elegeu como desafio a ampliação das oportunidades econômicas e sociais, com avanço das instituições democráticas, em sintonia com o projeto nacional de desenvolvimento econômico com justiça social.

Para realizar o grande salto que o Ceará deve consolidar na atual gestão, foram decisivos os avanços nas políticas sociais. Esses se retratam nos índices que medem a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos do ensino fundamental e médio, bem como na requalificação da rede escolar, com destaque para a implantação das escolas de educação profissional – ensino médio integrado com o curso técnico profissional. Não se pode deixar de destacar a iniciativa governamental de fortalecer o regime de colaboração com os municípios para alcançar a meta de alfabetização das crianças na idade certa (sete anos), de cooperar técnica e financeiramente com a construção dos Centros de Educação Infantil (CEI) e de contribuir com a melhoria do acesso dos alunos à escola, fortalecendo o programa federal Caminho da Escola (transporte escolar). O programa de expansão do ensino profissional no Estado assegura aos jovens cearenses a formação requerida pelos grandes empreendimentos que se instalarão no Ceará. Os esforços para implantar com o Governo Federal e o empresariado os projetos estratégicos, como a Refinaria, a Siderúrgica, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), a ferrovia Transnordestina e a integração com o rio São Francisco assumem maior relevância pela possibilidade de aproveitamento do potencial criativo e de habilidades da população, em especial

da juventude. Em virtude desse cenário, e complementando a oferta de educação profissional, está em implantação o Centro de Treinamento Técnico Corporativo (CTTC) do Pecém, que será referência na capacitação na área da metalurgia, siderurgia, química e petroquímica.

A educação superior recebeu investimentos na requalificação das instalações, na implantação e equipamentos dos campi das universidades estaduais em que se destacam o da UECE em Itapipoca, e a Cidade Universitária em Iguatu, reunindo a FATEC/CENTEC, a UECE e a URCA. A política de valorização do ensino superior evidenciou-se ainda na elevação dos salários dos professores em 100%, entre os anos de 2007 e 2010.

As conquistas na área da Segurança Pública foram marcadas pelos expressivos investimentos para implantação do Programa Ronda do Quarteirão, na Região Metropolitana de Fortaleza e cidades acima de 50 mil habitantes, na construção de 50 delegacias no Interior, na instalação da Academia Estadual de Segurança Pública e da Divisão de Homicídios e na criação da Perícia Forense, além da ampliação do efetivo policial.

No tocante à área de Saúde, o objetivo que norteou as ações do governo foi o fortalecimento do sistema de saúde no Estado com serviços descentralizados de alta resolubilidade e tratamento humanizado nos níveis da atenção secundária e terciária. As principais iniciativas de ampliação da rede de saúde contemplaram o atendimento médico-hospitalar, de consultas e exames especializados e os serviços de urgência, com a construção do Hospital Regional do Cariri e o início do Hospital Geral da Zona Norte, em Sobral, com a instalação de 21 Policlínicas e 16 Centros de Especialidades Odontológicas nas microrregiões de saúde

do Estado. Integrando-se à política estadual, tem destaque a parceria com o Governo Federal nos projetos de implantação de 32 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, e do serviço do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

Para assegurar a infraestrutura requerida para o crescimento da economia e a melhoria das condições de vida no Estado, projetos estratégicos de Governo devem ser consolidados. Dentre esses, figuram a ampliação do Porto do Pecém, a construção dos trechos 4 e 5 do Eixão das Águas, o Metrô do Cariri e de Sobral, o Metrô de Fortaleza, a melhoria do sistema viário, o Cinturão Digital, capaz de prover a internet banda larga em 82% dos municípios do Ceará. Esses investimentos, em articulação e integrados aos grandes projetos estruturantes de impacto econômico - Refinaria e Siderúrgica, parque de Usinas Eólicas, Centro de Feiras e Eventos, Zona de Processamento de Exportação (ZPE), fortalecimento do Agronegócio e apoio à Agricultura Familiar - gerarão novas oportunidades de emprego e renda com reflexos na redução das desigualdades econômico-sociais e regionais.

• EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

Para o período 2012-2015, o Governo continuará a orientar-se por três grandes eixos de política que estruturam a gestão voltada para resultados: Sociedade Justa e Solidária, Economia para uma Vida Melhor, Governo Participativo, Ético e Competente.

O eixo **“Sociedade Justa e Solidária”** tem na educação o grande vetor de promoção do desenvolvimento pessoal, social, econômico e gerador de oportunidades para a constituição de uma sociedade sustentável. No período 2012-2015, as principais diretrizes que norteiam as ações na área estão voltadas para a educação básica com qualidade e ênfase no sucesso do aluno, promovida em regime de colaboração com os entes federativos; ao ensino médio, comprometido com as

premissas de desenvolvimento pessoal, a preparação para o mundo do trabalho; e à valorização dos profissionais da Educação. No campo do ensino superior e da pesquisa, a desconcentração e interiorização constituem estratégias que se efetivarão com educação técnica e superior à distância, expansão da rede de educação profissional, atração e fixação de pesquisadores no interior estadual, com a concessão de bolsas, e a expansão e garantia do acesso ao serviço de Internet banda larga por meio do Cinturão Digital do Ceará.

A política de saúde está orientada para consolidar as conquistas já alcançadas de garantia da promoção e prevenção da saúde na atenção primária e assegurar resolubilidade nos níveis da atenção secundária e terciária, avançando na descentralização dos serviços no interior estadual. Nesse sentido, ressaltem-se as iniciativas de maior expressão da política no período do PPA, além do funcionamento do Hospital Regional do Cariri – a criação da quarta macrorregião de saúde, com a construção do Hospital Geral do Sertão Central, a conclusão do Hospital Geral da Zona Norte e a implantação de um Hospital de Urgência e Emergência em Fortaleza.

A determinação política de enfrentar a criminalidade e a violência melhorando o sentimento de segurança e tranquilidade dos cearenses continuará a exigir do Governo investimentos em serviços de inteligência e articulação com as redes de segurança estaduais e nacional. Ademais, terá destaque a ampliação da estratégia de polícia comunitária com o aperfeiçoamento e fortalecimento do Programa Ronda do Quarteirão, a modernização científica e tecnológica, a melhoria dos serviços de prevenção do risco, acidentes e desastres e a valorização dos profissionais da área de segurança e sistema prisional.

O combate ao tráfico e prevenção ao uso de drogas, como também da violência social de gênero, sexual, de raça e etnia exigirão tratamento intersetorial das políticas

governamentais, numa ação articulada com os conselhos comunitários de segurança pública e defesa social.

Garantir à sociedade segurança e justiça requer também a melhoria da gestão do sistema penitenciário, bem como a ressocialização e a capacitação profissional de presos e egressos do sistema penal. A garantia ao cidadão dos direitos de defesa e acesso à justiça integral e gratuita terá como principal meta contemplar 100% das comarcas do interior estadual com serviços da Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE).

A área de Desenvolvimento Social terá o grande desafio de implementar a política estadual de apoio à universalização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O Governo adotará ainda, como diretrizes para o desenvolvimento de suas ações: implantação do sistema de segurança alimentar e nutricional, enfrentamento à discriminação de gênero e à diversidade sexual, combate à discriminação e à desigualdade racial.

Outro importante enfoque é o da inclusão produtiva e social da população carente, conjugando ações de assistência com geração de oportunidades para a inserção no mercado de trabalho de micro e pequenos empreendedores, apoio a empreendimentos individuais, associativos, artesanais e redes de economia solidária. Aliada a essa linha da política, a educação profissional inicial e continuada, técnica, tecnológica, focada na expansão do mercado de trabalho, nos médios e grandes empreendimentos, a geração de ocupação, emprego e renda nas cadeias produtivas de maior potencial no Estado, como turismo, serviços, agronegócio, artesanato e nos projetos estruturantes resumem as diretrizes governamentais para a área do trabalho.

A política no âmbito da Cultura visa avançar na ampliação do acesso aos bens culturais, no fortalecimento do processo da gestão democrática, tendo como um

dos instrumentos a institucionalização dos fóruns regionais. As principais ações estarão voltadas ao incentivo aos talentos artísticos e culturais, à valorização e preservação da memória cultural do Estado e ao estímulo à leitura como movimentos de transformação da sociedade cearense.

A promoção do Esporte e Lazer se dará na perspectiva de atividades de integração social e de cidadania, de inclusão e como promotores da qualidade de vida e, portanto, da formação integral das pessoas. Nesse sentido, a formação do sistema estadual de esporte e lazer, com realização de conferências, implantação de fórum permanente de discussão das políticas, constitui a diretriz principal.

A consolidação de investimentos públicos na infraestrutura esportiva contemplará atletas, jovens, idosos e pessoas com deficiência com a instalação de equipamentos socioesportivos, implantação de ciclovias, pistas de skate, preparação de talentos cearenses para as Olimpíadas e Paraolimpíadas Rio 2016.

No período do PPA 2012 -2015, destaque especial encontra-se nas diretrizes traçadas pelo Governo para a realização da Copa do Mundo de 2014 - a criação da Secretaria Especial da Copa, com a função de coordenar as ações interinstitucionais e intersetoriais para a realização das obras e serviços essenciais para a realização do evento. Nesse sentido, ressaltam-se a reforma, modernização e adequação do Estádio Castelão, a coordenação, o monitoramento e a avaliação da execução da Matriz de Responsabilidades celebrada entre as esferas federal, estadual e municipal, além da articulação intersetorial permanente com o Comitê Gestor da Copa 2014 – GECOPA, gerenciado pelo Ministério do Esporte e Casa Civil do Governo Federal, no que se refere às áreas de interesse das diversas câmaras temáticas.

Para a realização das políticas integrantes do eixo Sociedade Justa e Solidária, serão decisivos a integração com as políticas

nacionais, o aporte dos recursos de transferência do Governo Federal e a cooperação com os municípios cearenses. **“Economia para uma Vida Melhor”** é o eixo de desenvolvimento que se volta ao crescimento econômico, ancorado no avanço do setor industrial, na promoção do turismo sustentável, na modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar. O avanço proposto para a economia exige inovações, ao mesmo tempo em que requererá investimentos em infraestrutura hídrica, de transporte e comunicação, e para o fortalecimento do setor energético no Estado. Tais estratégias, somadas à promoção do desenvolvimento urbano a partir de uma visão regional, são determinantes para o ordenamento territorial com redução dos desequilíbrios de renda e riqueza entre as regiões estaduais.

A política voltada à economia aponta para um desenvolvimento sustentável com manutenção de aumento do PIB acima da média nacional, proporcionando mais oportunidades e melhoria contínua de qualidade de vida da população. Essa estratégia se apóia no setor de Comércio e Serviços como indutores do crescimento baseado na promoção da capacidade competitiva das empresas e melhoria do ambiente de negócios no Estado. Para o setor industrial, as propostas objetivam a complementação da infraestrutura, a atração de investimentos privados, inclusive para o interior do Estado, bem como a capacitação de recursos humanos e o apoio ao segmento de micro e pequenas empresas no Estado. O Governo trabalhará no sentido de uma indústria e mineração cada vez mais competitivas e inovadoras, articuladas nacional e internacionalmente e em sintonia com as demandas de mercado. As diretrizes na área do desenvolvimento econômico são emblemáticas desta gestão: consolidação de empreendimentos estruturantes como ZPE, Refinaria, Projeto Itataia e Polo Industrial da Saúde (PITS), fomentando as

cadeias produtivas e estimulando o fluxo de novas inversões. Como política de fomento, os incentivos fiscais do Estado visam a intensificar a interiorização do desenvolvimento econômico. O incentivo ao agronegócio, com o estímulo aos novos investimentos, gerará desenvolvimento no meio rural com a ampliação da criação de trabalho e renda para o homem do campo. Outra estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável da economia foi a criação da Secretaria da Pesca e Aqüicultura com as diretrizes de promover, incentivar e melhorar a coordenação das ações de revitalização da pesca artesanal marítima, promover o fomento e assistência técnica para o desenvolvimento da pesca e piscicultura em águas continentais, implantar projetos de maricultura para geração de renda em pequenas comunidades pesqueiras litorâneas, realizar o ordenamento da carcinocultura econômica, social e ambientalmente sustentável e a formação continuada dos profissionais, técnicos e pesquisadores vinculados à cadeia produtiva do setor.

Promover a coesão dos territórios rurais com o fortalecimento da Agricultura Familiar, priorizando ações conjuntas de redução da vulnerabilidade às secas e de extensão rural que resultem na adoção de inovações tecnológicas, segurança alimentar e formação de capital social constituem estratégias articuladas da política de desenvolvimento agrário para o avanço sustentável do meio rural, com inclusão social da população dele dependente.

A política para o Turismo no Estado se traduz na estratégia de tornar o Ceará um dos principais destinos turísticos de lazer e eventos do Brasil, reconhecido como um vetor de desenvolvimento econômico sustentável e de promoção social. Esse objetivo exige investimentos na infraestrutura – saneamento e destinação final de resíduos sólidos nos polos turísticos, transporte aéreo regional, nacional e internacional, adequação da estrutura de rodovias, equipamentos

turísticos; promoção e marketing com a parceria dos agentes da cadeia produtiva do setor; melhoria da gestão por meio da interação dos órgãos governamentais, iniciativa privada e sociedade civil e eficiência operacional dos equipamentos turísticos. A construção do Centro de Feiras e Eventos e do Acquário do Ceará representarão marcos na política estadual do Turismo e deverão conferir destaque ao Ceará no País, como, ainda, ampliará sua competitividade no cenário internacional.

Como tema transversal da política pública, o meio ambiente se insere no objetivo estratégico de promover o desenvolvimento sustentável, regional e integrado, estimulando as aptidões locais com equilíbrio e qualidade de vida. Para isso se impõem como diretrizes fundamentais o fortalecimento do Sistema Estadual do Meio Ambiente; a criação de uma política estadual de mitigação e adaptação às mudanças climáticas com o cumprimento da meta brasileira de redução de emissões de carbono e gases causadores do aquecimento global, fortalecimento da política estadual de florestas e da biodiversidade e, em especial, planejamento estratégico para o desenvolvimento econômico com justiça socioambiental considerando a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE e o Zoneamento Ecológico Econômico como instrumentos de planejamento e gestão das políticas ambientais.

Para prover a infraestrutura de suporte ao desenvolvimento com sustentabilidade, o Governo Estadual estabeleceu como estratégias prioritárias a elaboração e a implantação do Plano Estadual de Logística e Transporte, a universalização da oferta de energia elétrica nas áreas urbanas e rurais, e o estímulo à oferta de energia de fontes renováveis, como a energia eólica e a utilização de tecnologias modernas de suprimento de energia em instalações hospitalares, empreendimentos turísticos e esportivos. Compõe a diretriz na área de comunicação, a integração do sistema

de comunicação para acesso aos polos de desenvolvimento do Estado. No atual ciclo econômico do Ceará é vital o fortalecimento da infraestrutura logística, compreendendo a ampliação do Porto do Pecém, a diversificação da política de portos (plano de aproveitamento dos portos de Fortaleza, Camocim, Acaraú, Aracati e Icapuí), a política de implantação de rodovias, a recuperação e adequação da malha rodoviária, do sistema metroviário e da rede de aeroportos regionais.

Destaquem-se entre as ações mais importantes a implantação do arco rodoviário metropolitano – ligação da BR-116 (Chorozinho) ao Porto do Pecém, as articulações com o Governo Federal para ampliação dos aeroportos de Fortaleza e Juazeiro do Norte, o estudo para implantação do Veículo Leve sobre Trilhos entre Juazeiro do Norte e Barbalha e entre Parangaba e Mucuripe, em Fortaleza, e as ações estaduais para viabilização da ferrovia Transnordestina. Nesse sentido, o Governo do Estado adotou a iniciativa de encaminhar projetos de financiamento a organismos nacionais e internacionais, bem como alocou recursos no PPA para complementação dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal no Estado.

Por sua vez, a política de desenvolvimento urbano e integração regional se volta para o apoio institucional aos municípios, para o planejamento e controle urbano e ambiental. A estratégia de ampliação da oferta de saneamento básico atenderá à diretriz de universalização dos serviços de água em pequenos centros urbanos e zonas rurais e de esgotamento sanitário, com uso de soluções alternativas. A política habitacional direcionada principalmente para o alcance da melhoria das condições de habitabilidade para as populações de baixa renda integrar-se-á às estratégias de redução da exclusão social.

A diretriz de sustentabilidade do território na área temática em foco tem como ação

prioritária o fortalecimento de cidades-polo como instrumento de dinamização da socioeconomia estadual. Integra ainda a estratégia de desenvolvimento regional e local no Estado e o fortalecimento de arranjos produtivos locais, os quais oferecem potencial competitivo, ao mesmo tempo em que são capazes de articular médias e pequenas empresas com impacto significativo na geração de trabalho nas regiões estaduais.

A política de gestão dos recursos hídricos observará o objetivo de garantir água com qualidade e quantidade adequadas às diversas demandas da população, tendo por princípios a visão integrada sobre os usos, a participação da sociedade na gestão dos sistemas hídricos, a equidade social e a preservação ambiental. Estão definidas como diretrizes para o alcance desse objetivo: gestão descentralizada, integrada e participativa dos recursos hídricos, água para todos, aproveitamento socioeconômico dos recursos hídricos disponíveis, integração da infraestrutura hídrica local com o Projeto do rio São Francisco, uso racional e preservação da água, sistemas de informações cartográficas em escala adequada. Assim, a conclusão do Eixão das Águas (barragem do Castanhão/Sistema de Fortaleza/Pecém) e a transposição do rio São Francisco são estratégicos como base para o desenvolvimento estadual.

Em consonância com o eixo **Governo Participativo, Ético e Competente**, propõe-se para o período 2012-2015, políticas públicas inovadoras, que pressupõem a intersectorialidade para a garantia de direitos e a redução das desigualdades sociais. Desta forma, cabe salientar neste eixo da política, a reestruturação organizacional promovida no Gabinete do Governador para abrigar a nova competência de coordenar as políticas transversais voltadas à juventude, às mulheres, aos idosos, às pessoas com deficiência, à promoção da igualdade racial, à proteção e promoção dos direitos humanos

e à prevenção integral ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Esse novo foco da gestão governamental trouxe para o presente PPA os programas multissetoriais de Juventude, Equidade de Gênero, Igualdade Étnico-racial, Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, Enfrentamento às Drogas, Atenção à Pessoa Idosa, Atenção à Pessoa com Deficiência, executados por diversas secretarias setoriais e tendo como órgão gestor o Gabinete do Governador.

Na perspectiva do aperfeiçoamento do processo democrático, a presente gestão estabeleceu, entre as suas diretrizes, o aperfeiçoamento da relação entre o Governo e a Sociedade, com o aprimoramento dos atuais canais de gestão participativa na formulação e controle das políticas públicas. A iniciativa de realização do “Governo na Minha Cidade” já se constitui marca da gestão, assim como o processo de elaboração e monitoramento participativo do PPA nas regiões estaduais. Importa ressaltar, por sua vez, a auscultação, realizada na elaboração do Plano, às instâncias de participação e conselhos estaduais gestores de políticas públicas como Criança e Adolescente, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, Assistência Social, Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Cidades, Segurança Pública entre outros, e a articulação de suas propostas com as prioridades colhidas nas oficinas regionais e com as linhas estratégicas das políticas setoriais.

Ainda com o objetivo de manter a transparência, a auscultação à população será facilitada com o canal de acesso ao Governo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e dos ouvidores das demais secretarias. O Governo compromete-se ainda com uma comunicação social com qualidade, voltada para esclarecer o cidadão. A política de gestão potencializará a utilização da Internet como instrumento de divulgação das ações e prestação das contas do Governo e como espaço de interação entre as secretarias e seu público-alvo.

3. A ESTRATÉGIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA E REGIONALIZADA

A elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 fundamentou-se na premissa de aprofundar a participação e o diálogo com a sociedade, levando à adoção do recorte territorial que privilegiasse a identidade regional, tendo em vista facilitar o consenso sobre questões de interesse comum. Esse propósito resultou no planejamento das oficinas regionais focado nas microrregiões estaduais, garantindo a participação de maior número de representantes, a melhor precisão e qualidade das informações.

Considerando o objetivo último de induzir a interiorização do desenvolvimento e de contribuir para redução das desigualdades espaciais e sociais, o processo de participação foi definido em duas dimensões: Participativa e Regionalizada e Institucional, com a auscultação das regiões e dos conselhos de políticas públicas e, numa segunda fase, com a análise para incorporação das prioridades regionais ao conteúdo programático das áreas setoriais.

No âmbito da dimensão Participativa e Regionalizada, foram realizadas dezessete "Oficinas Regionais" com o objetivo de dialogar com representações da sociedade, do poder local e do setor privado dos 184 municípios cearenses organizados em espaços microrregionais. As Oficinas foram realizadas, numa coordenação conjunta da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG e da Vice-Governadoria, com apoio das equipes técnicas das diversas secretarias setoriais. Esses órgãos assumiram o papel de apresentar as diretrizes e esclarecer sobre os aspectos voltados para a sua atuação/responsabilidade, contribuindo com o processo de análise e definição das propostas regionais e subsidiando a tomada de decisão sobre políticas e programas a serem contemplados no PPA 2012-2015. O diálogo com os conselhos de políticas públicas permitiram, também, indicar propostas prioritárias para atuação por parte do Governo, no período do PPA, em áreas temáticas estratégicas, reforçando a articulação com os segmentos representados.

Como instrumento metodológico para subsidiar as discussões nas Oficinas Regionais, foi elaborado o documento "caderno regional", contendo a consolidação de quatro relatórios propositivos de eventos já realizados e que tinham como objetivo precípuo a oferta de contribuições à nova gestão do governo Cid Gomes. O primeiro foi "**Diretrizes para o Plano de Governo – DPG**", resultado das reuniões ocorridas durante o processo eleitoral, com a participação de aproximadamente dez mil pessoas pertencentes às diversas regiões do Estado do Ceará.

Os dez encontros regionais promovidos pela Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, subsidiaram a redação da "**Carta dos Municípios Cearenses - CMC**", cujo objetivo é nortear a atuação dos 184 municípios do Estado na busca pelo desenvolvimento, a partir do levantamento de demandas, expectativas e sugestões de políticas públicas.

Sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, foi elaborado, de forma regionalizada e participativa, o "**Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável – PTDRS**" com a finalidade de promover a gestão social e sustentável dos diversos territórios estaduais, tendo como premissa básica a cooperação entre os territórios, microterritórios e seus municípios, o respeito às especificidades locais e às opiniões dos segmentos envolvidos.

Por fim, a realização do **IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado**, resultado de uma parceria entre a SEPLAG e a Vice-Governadoria, significou a culminância do processo desenvolvido, nos últimos quatro anos, direcionado ao fortalecimento do controle social e da transparência na gestão pública.

Neste encontro, 380 participantes avaliaram os avanços ocorridos neste período e

propuseram prioridades estratégicas para serem incluídas no PPA 2012/2015.

O trabalho desenvolvido nas Oficinas Regionais, realizadas em 2011, propiciou aos participantes a oportunidade de indicar dez propostas voltadas às necessidades de sua região, para serem consideradas na estruturação dos programas do PPA e regionalização de suas metas (ranking das 10+). Possibilitou, também, um momento de superação da visão setorial, dando lugar a uma reflexão mais ampla sobre a dimensão do aspecto regional, com a escolha dos "Temas Estratégicos" de relevância para o desenvolvimento do território, pensados a partir de seus ativos, suas potencialidades e vocações, ou ainda com base em alguma demanda histórica.

Tais proposituras, em consonância com indicadores da realidade regional, serviram de subsídios para a construção de "Compromissos Regionais", constituindo-se estes em declarações de governo para realização de estratégias e

acompanhamento de um desenvolvimento integrado das regiões do Estado. Como resultante da dimensão participativa e regionalizada, o Governo incorporou os temas como orientadores da ação pública programática no documento PPA 2012-2015, traduzidos no capítulo de Compromissos Regionais e no descritivo das Metas e Iniciativas governamentais.

A próxima etapa do processo, compreendida como monitoramento das ações e projetos de forma participativa e regionalizada, visa a fortalecer o controle social e a assegurar a transparência e o acesso à informação, e dar-se-á mediante a realização anual de eventos participativos em nível das macrorregiões e dos territórios de identidade, visando sobretudo à prestação de contas e o monitoramento e revisão participativa do PPA.

O esquema abaixo apresenta o fluxo do processo de gestão participativa e regionalizada do PPA 2012-2015:



Ressaltamos que a Gestão Participativa e Regionalizada do PPA possui um potencial de transformação, pois impulsiona a mobilidade social no sentido de melhorar as condições de vida do lugar e possibilita

o exercício do poder coletivo ajudando a transformar a realidade imposta para a realidade que desejamos de maneira consciente, construindo, dessa forma, um "Ceará Melhor para Todos".

O quadro abaixo sintetiza a participação da população nas 17 Oficinas Regionais

distribuídas nas sedes de suas respectivas macrorregiões:

PARTICIPANTES DAS OFICINAS REGIONAIS DO PPA PARTICIPATIVO, SEGUNDO AS MACRORREGIÕES

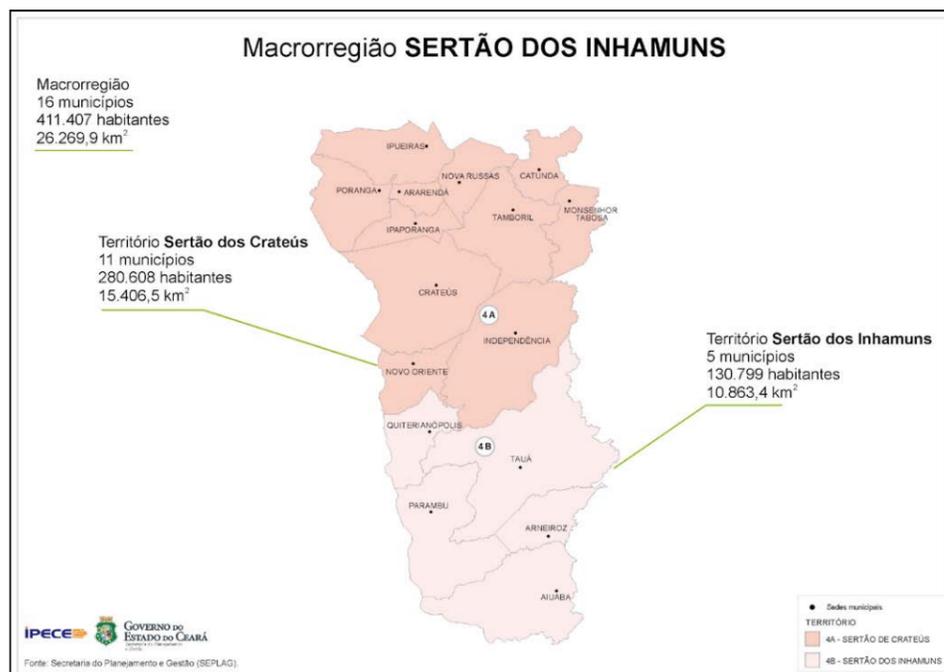
MACRORREGIÃO	SEDE DA OFICINA	DATA DA OFICINA	PARTICIPANTES
RMF	Fortaleza	22/07/2011	240
LITORAL OESTE	Camocim	20/07/2011	246
	Itapipoca	21/07/2011	260
SOBRAL/IBIAPABA	Tianguá	29/06/2011	184
	Sobral	30/06/2011	207
SERTÃO DOS INHAMUNS	Cratéus	16/06/2011	264
	Tauá	17/06/2011	373
SERTÃO CENTRAL	Mombaça	21/06/2011	258
	Quixeramobim	22/06/2011	246
	Canindé	14/07/2011	151
BATURITÉ	Baturité	13/07/2011	243
LITORAL LESTE/JAGUARIBE	Jaguaribe	02/06/2011	244
	Aracati	26/07/2011	496
CARIRI/CENTRO-SUL	Icó	01/06/2011	372
	Brejo Santo	09/06/2011	262
	Juazeiro do Norte	08/06/2011	384
	Iguatu	04/07/2011	250
TOTAL DE PARTICIPANTES			4.680

Fonte: SEPLAG/CPLOG

3.1 - AÇÕES PRIORIZADAS NAS OFICINAS REGIONAIS

A priorização de ações setoriais foi subsidiada pelas discussões e análise da realidade dos territórios à luz dos indicadores regionais e das demandas (propostas de ações) consolidadas no caderno regional distribuído aos participantes por ocasião

de cada Oficina. Dentro dessa perspectiva, os participantes elegeram, em grupos de trabalho temáticos, as 10 ações prioritárias, por meio de votação (ranking das 10+), cujos resultados encontram-se a seguir:



TERRITÓRIO SERTÃO DOS CRATEÚS

Cratéus, Ararendá, Catunda, Independência, Ipaoranga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga e Tamboril.

EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

TEMA: EDUCAÇÃO BÁSICA

RANKING	AÇÃO
1ª	Fortalecer o regime de colaboração com os municípios (PAIC) para garantir o sucesso da alfabetização das crianças e a elevação do nível de aprendizagem dos alunos das séries iniciais, como estratégia para a progressiva qualificação da Escola Pública do Ceará.
2ª	Assegurar a evolução do desempenho escolar dos estudantes para que aprendam o esperado ao final de cada série e etapa da educação básica, tendo como medidas de referência avaliações externas como a Prova Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – SPAECE.
3ª	Apoiar a ampliação do atendimento pedagógico das crianças de zero a três anos.
4ª	Fortalecer, ampliar e qualificar as ações voltadas para educação especial e inclusão educacional, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e temas transversais, bem como a formação de professores adequados para o atendimento aos alunos com necessidades especiais.
5ª	Concluir a implantação de escolas estaduais de educação profissional nos municípios com mais de 25 mil habitantes, expandindo-as aos municípios menores através de consórcios.
6ª	Reforçar as atividades esportivas na escola através do desenvolvimento de projetos escolares, da melhoria das instalações físicas e dos equipamentos, e da disponibilização de materiais.
7ª	Disponibilizar bolsas de monitoria para alunos que tenham bom desempenho escolar.
8ª	Ampliar, nas escolas, os espaços destinados à convivência, ao lazer, à arte e à cultura.
9ª	Reestruturar a carreira do magistério e estruturar a carreira dos servidores técnico-administrativos, com a realização de concurso público.
10ª	Universalizar a disponibilidade de quadras poliesportivas ou academias de ginástica nas escolas da rede estadual.

TEMA: EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RANKING	AÇÃO
1ª	Construir CVTs e/ou centros tecnológicos nos municípios de Nova Russas e Monsenhor Tabosa, Novo Oriente e Ipueiras e a efetivar o laboratório existente em Tamboril como CVT.
2ª	Estudar a viabilidade da criação do Instituto de Pesquisa em Energia, dedicado à pesquisa de ponta, na área de novas formas de energia e das energias limpas e renováveis.
3ª	Implantar a Universidade Vale do Rio Poty em Cratéus.
4ª	Garantir incentivo financeiro e oferecer cursos de pós-graduação e mestrado nas unidades universitárias do interior.
5ª	Fortalecer a inovação tecnológica no setor agropecuário para a inserção competitiva da Agricultura Familiar no Estado do Ceará.
6ª	Prospectar a abertura, de forma integrada e interinstitucional, de novos cursos para formação de professores em áreas estratégicas, para atender aos projetos estruturantes do Estado.
7ª	Consolidar as ações da FUNCAP voltadas para a formação de recursos qualificados (programas de bolsas acadêmicas de iniciação científica, mestrado, doutorado e fixação de pesquisadores), e para o provimento de infraestrutura para a pesquisa.
8ª	Buscar universalizar os programas de inclusão digital, garantindo o acesso à Internet a toda a população cearense, com o objetivo de redução dos custos de conexão banda larga nos municípios, aumentando a qualidade e a velocidade da rede.

9ª	Instalar a Universidade Regional.
10ª	Implantar campus no interior do Estado com ofertas de novos cursos públicos e gratuitos após a avaliação da vocação regional e de cada município.

TEMA: SAÚDE

RANKING	AÇÃO
1ª	Estruturar os hospitais municipais com banco de sangue, aparelho ultra-som, raio X, incubadora e bancos de leite materno, laboratório, leitos, ECG.
2ª	Manter e ampliar os repasses financeiros aos municípios.
3ª	Apoiar financeiramente os municípios, na melhoria da infraestrutura das equipes do PSF.
4ª	Construir, recuperar e padronizar as Unidades Básica de Saúde da Família-UBASF.
5ª	Incentivar a criação de um centro de hemodiálise para a região.
6ª	Construir casas de acolhimento e cuidado aos dependentes químicos de crack e de outras drogas, com trinta leitos cada. Seis Casas na capital e Casas no interior (uma por regional de saúde).
7ª	Assegurar o acesso à saúde mental, contemplando tratamento de dependentes químicos de álcool e de drogas lícitas e ilícitas.
8ª	Implantar Polo de Educação Permanente na Região.
9ª	Estimular a criação e gestão de serviços e equipamentos, com repercussão na promoção da saúde (ex. matadouros, aterros sanitários).
10ª	Beneficiar os municípios com equipamentos de saúde, nos Hospitais de Pequeno Porte - HPP, Hospitais-Polo, Filantrópicos etc., através do novo Fundo Estadual de Atenção Secundária à Saúde.

TEMA: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

RANKING	AÇÃO
1ª	Desenvolver ações para prevenção e enfrentamento ao consumo do crack e de outras drogas, articulados com as organizações da sociedade civil e dos municípios.
2ª	Implantar o programa de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas sócioeducativas em meio aberto e para os egressos em todos os municípios através dos CREAS.
3ª	Capacitar, de forma continuada, os atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.
4ª	Implantar novos Centros de Inclusão Tecnológica e Social-CIT.
5ª	Ampliar as ações e estudar a criação de novos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) regionalizados.
6ª	Fortalecer o apoio à gestão municipal pela ampliação do financiamento no concurso de projetos para o desenvolvimento das políticas de direitos de idosos e de pessoas com deficiência.
7ª	Implantar o Programa de Unidade Centro Dia para Atendimento à Pessoa Idosa.
8ª	Aperfeiçoar o Programa de Atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, com ampliação das ações de ressocialização.
9ª	Estudar e avaliar o desmembramento da área do trabalho, do empreendedorismo, do artesanato, da economia solidária, e da inclusão produtiva da atual estrutura do Trabalho e Desenvolvimento Social, criando uma Secretaria de Estado específica para coordenar as políticas da área do trabalho.
10ª	Desenvolver parcerias visando à universalização das ações dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.

TEMA: MULHERES

RANKING	AÇÃO
1ª	Planejar a ampliação do número de Centros de Referência da Mulher nos municípios polos, viabilizando o atendimento às mulheres em todo o Estado.
2ª	Planejar a criação de delegacias especializadas das mulheres nos municípios com mais de sessenta mil habitantes e nas regionais da cidade de Fortaleza.
3ª	Planejar a construção de abrigos regionais para o acolhimento de mulheres vítimas de violência nos municípios polos.
4ª	Planejar a integração operacional da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário, visando a coibir a violência contra a mulher.

TEMA: CULTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Estimular a criação de redes de órgãos e gestores da cultura, conselhos, fundações, institutos, organizações da sociedade, centros de pesquisa e formação.
2ª	Viabilizar o acesso dos pontos de cultura à internet banda larga através do Cinturão Digital.
3ª	Promover a revisão da Legislação Cultural do Estado.
4ª	Planejar a implantação de programas de capacitação de gestores públicos de cultura e de produtores culturais.
5ª	Planejar a ampliação de recursos para o financiamento das políticas públicas de cultura.
6ª	Elaborar programas de pesquisa em novas linguagens artísticas.
7ª	Mapear, conhecer e divulgar a diversidade cultural cearense.
8ª	Ampliar os programas de recuperação e preservação dos patrimônios material e imaterial.
9ª	Resgate e Fortalecimento da Cultura Popular.
10ª	Melhorar e/ou construir áreas esportivas, de cultura, de lazer e praças.

TEMA: ESPORTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Desenvolver parcerias para construção de Centros Poliesportivos Regionais, para servir como polo de formação de atletas.
2ª	Planejar a implantação de academias ao ar livre nos espaços urbanos e rurais.
3ª	Desenvolver parcerias para fortalecer e viabilizar “Praças da Juventude” (complexos socioesportivos).
4ª	Estimular a formação de uma indústria criativa do esporte e qualificação de grupos produtivos comunitários, organizando-os como Arranjos Produtivos Locais – APLs.
5ª	Criar programas de capacitação e de fortalecimento institucional nas secretarias municipais de esporte e órgãos afins.
6ª	Criar núcleos de esportes olímpicos na Rede Pública de Ensino.
7ª	Lançar edital de concurso público – “Prêmio Ceará de Esporte e Lazer de inclusão social”.
8ª	Realizar estudos e pesquisas, visando à criação de uma base de dados para o mapeamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos equipamentos, programas e projetos esportivos no Estado do Ceará.
9ª	Construir quadras cobertas e reestruturação dos estádios.
10ª	Estruturar os Conselhos Municipais do Esporte.

TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA

RANKING	AÇÃO
1ª	Dar continuidade à política de ampliação dos quadros dos profissionais do Sistema de Segurança Pública, Sistema Penitenciário e Defensores Públicos.
2ª	Formular uma Política de Cargos e Salários para os policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários, defensores públicos e demais profissionais de segurança pública.
3ª	Ampliar os investimentos na área de segurança pública preventiva.
4ª	Viabilizar ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.
5ª	Ampliar o PROERD - Programa de Erradicação das Drogas da Polícia Militar.
6ª	Ampliar o Programa Ronda do Quarteirão para os municípios do interior, através do Ronda regionalizado, organizado pela proximidade entre os municípios.
7ª	Construir/reformar presídios, cadeias, delegacias, casas de abrigo, centro educacional para menores.
8ª	Aperfeiçoar e fortalecer o Programa Pró-Cidadania.
9ª	Aumentar o efetivo de policiais nos municípios do interior.
10ª	Planejar e avaliar a implantação do Sistema Estadual Integrado de Educação Permanente em Segurança Pública e Cidadania nos seus componentes civil e militar.

EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR**TEMA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E PESCA**

RANKING	AÇÃO
1ª	Criar um programa de aproveitamento da infraestrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada.
2ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura Familiar.
3ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
4ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do estado com destaque para o PPA e o governo.
5ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financiamento, voltados para a organização da produção e da comercialização.
6ª	Desenvolver ações para universalizar o acesso à água para o consumo humano no meio rural.
7ª	Aperfeiçoar e estimular programas de conservação de fertilidade dos solos e recuperação de áreas degradadas.
8ª	Apoiar a produção de base familiar para os processos de padronização, apresentação e certificação dos produtos.
9ª	Propor a regulamentação da Lei Estadual nº 13.523, de 2004, que criou o Programa de Incentivo à Agricultura Orgânica.
10ª	Assegurar a continuidade do Programa de Escolas Profissionalizantes no meio rural.

TEMA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RANKING	AÇÃO
1ª	Estruturar os pontos turísticos da região através de obras, capacitações e investimentos para consolidação e implantação das atividades propostas.
2ª	Criar programas de divulgação, distribuição e comercialização dos produtos cearenses para os mercados interno e externo.

3ª	Elaborar políticas de incentivo à inovação tecnológica, gerando perene aperfeiçoamento dos produtos beneficiados no Estado.
4ª	Criar cursos técnicos/superiores na área do turismo, paleontologia e arqueologia.
5ª	Incentivar o saneamento e a coleta de lixo nos destinos turísticos.
6ª	Incentivar a agroindustrialização para dinamizar a economia agrícola local e regional.
7ª	Promover gestão participativa com controle social, para garantir o desenvolvimento do turismo sustentável.
8ª	Construir e aplicar uma política ambiental que assegure a eficácia e a celeridade na emissão de licenças ambientais.
9ª	Consolidar a implantação do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde – PITS.
10ª	Desenvolver as indústrias vocacionadas nos municípios através da qualificação da mão de obra industrial e comercial nos municípios.

TEMA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

RANKING	AÇÃO
1ª	Apoiar a melhoria ambiental dos espaços urbanos por meio da qualificação dos logradouros públicos (ruas e praças), recuperação dos recursos ambientais com a criação de parques e arborização urbana.
2ª	Estimular a implantação da gestão consorciada de políticas de saneamento ambiental (água, esgoto, resíduo sólido) e transporte público.
3ª	Apoiar os empreendimentos produtivos de base comunitária, com socioeconomia solidária e Arranjos Produtivos Locais – APL.
4ª	Criar na Secretaria das Cidades instâncias e instrumentos de capacitação em planejamento e gestão urbana e regional dos municípios dos Inhamuns.
5ª	Investir nas redes produtivas locais e captação de recursos via parcerias com atores financeiros e capacitação técnica para o fortalecimento dos APL's.
6ª	Fazer pesquisas e Atualizar a base cartográfica e a espacialização dos dados socioeconômicos por município e região.
7ª	Criar o selo Cidades Inovadoras, que premiará iniciativas e boas práticas municipais.
8ª	Preservar e educar a população quanto aos sítios e monumentos históricos, o patrimônio cultural (material e imaterial), e o patrimônio ambiental.
9ª	Regularizar e documentar propriedades urbanas a exemplo da regularização fundiária rural.
10ª	Revisar a política de constituição dos consórcios de aterro sanitário, como, por exemplo, prazos, fonte de recursos para construção dos aterros, localização.

TEMA: MEIO AMBIENTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Criar Unidades de Conservação na Região dos Inhamuns (Serra das Matas, Serra da Ibiapaba e Zona de Caatinga).
2ª	Criar políticas para a Agroecologia, assegurando o envolvimento dos produtores na agricultura orgânica e formas sustentáveis de produção.
3ª	Estudar a criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, objetivando fortalecer o Sistema Estadual de Meio Ambiente, e fortalecer o SISNAMA, de modo a efetivar o Pacto Federativo.
4ª	Promover a educação ambiental nas escolas com disciplina de meio ambiente.
5ª	Incentivar a criação de RPPN nas regiões, fortalecendo a preservação ambiental e o turismo ecológico.
6ª	Promover a recuperação dos recursos ambientais dos sertões dos Inhamuns, combatendo a desertificação.

7ª	Reestruturar, regionalizar e descentralizar a SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente - assegurando o cumprimento eficaz da Política Ambiental do Estado do Ceará.
8ª	Ampliar e fortalecer matrizes energéticas renováveis do Estado do Ceará.
9ª	Criar o “Prêmio Jovem Ambientalista”, para premiar escolas e estudantes, como forma de incentivo às idéias inovadoras e ambientalmente corretas.
10ª	Revitalizar os recursos hídricos locais (rios, nascentes, açudes e lagoas).

TEMA: RECURSOS HÍDRICOS

RANKING	AÇÃO
1ª	Elaborar plano para definição de soluções alternativas e de modelo de gestão, com base em critérios técnicos e sócioeconômicos, estabelecendo o programa “ÁGUA PARA TODO O CEARÁ”.
2ª	Empreender esforços para finalizar a construção do Eixão das Águas e iniciar a construção do Cinturão das Águas.
3ª	Desenvolver estudos hidroambientais das bacias hidrográficas, identificando as fontes de poluição dos recursos hídricos.
4ª	Estudar a implantação de pequenos sistemas de abastecimento de água (poços com chafarizes dessalinizadores, cisternas, barragens subterrâneas) no campo, priorizando o uso de energias alternativas.
5ª	Planejar a execução de obras (barragens vertedouras e barragens subterrâneas) para otimizar a perenização dos rios.
6ª	Planejar a implantação de sistemas de adutoras para atendimento de populações urbanas do interior do Estado.
7ª	Expandir a prática da tecnologia de coleta de água da chuva (incentivo à construção de cisternas e mandalas).
8ª	Continuar a operação e a manutenção da infraestrutura hídrica, com ênfase na busca de apoio da União, para a reabilitação da infraestrutura hídrica federal, com vistas à integração do rio São Francisco.
9ª	Universalizar o abastecimento de água no Estado.
10ª	Apoiar a gestão dos Comitês de Bacias e das Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos.

TEMA: INFRAESTRUTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Construir a CE 176 – Tamboril – Tauá, via Independência (nova proposta).
2ª	Ampliar a implantação de novas rodovias.
3ª	Ampliar a restauração de rodovias.
4ª	Recuperar as estradas intermunicipais e de integração territorial.
5ª	Construir, fazer piçarramento e calçamento das ladeiras, passagens molhadas e pontes das estradas vicinais que dão acesso às propriedades rurais e sistemas de transporte coletivo.
6ª	Articular-se com Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para a inserção de uma tarifa diferenciada para o Sistema de Recursos Hídricos e o meio rural, atendendo prioritariamente a agricultura familiar.
7ª	Planejar o reforço do Sistema Elétrico Rural, passando de monofásico para trifásico.
8ª	Construir estradas intermunicipais e de integração territorial.
9ª	Construir a estrada CE 075 (Ipaporanga divisa com Piauí).
10ª	Construir passagens molhadas municipais.

TERRITÓRIO SERTÃO DOS INHAMUNS

Tauá, Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Quiterianópolis

EIXO: SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

TEMA: EDUCAÇÃO BÁSICA

RANKING	AÇÃO
1ª	Assegurar a evolução do desempenho escolar dos estudantes para que aprendam o esperado ao final de cada série e etapa da educação básica, tendo como medidas de referência uma avaliação Freiriana com todos os envolvidos e avaliações externas como a Prova Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – SPAECE.
2ª	Fortalecer e ampliar as oportunidades de estágios para alunos do ensino médio, inclusive por meio da concessão de bolsas estágios pelo Estado.
3ª	Reestruturar a carreira do magistério e estruturar a carreira dos servidores técnico-administrativos.
4ª	Realizar concurso público e efetivação para todos os funcionários da Educação.
5ª	Implementar programa de aquisição de laptops para professores da rede estadual e acesso livre à internet banda larga para uso pedagógico por todos os professores da rede pública e para os alunos da Educação básica.
6ª	Fortalecer a capacidade do Estado de formar, capacitar e qualificar os professores para o adequado atendimento aos alunos com necessidades especiais.
7ª	Fortalecer o regime de colaboração com os municípios (PAIC) para garantir o sucesso da alfabetização das crianças e a elevação do nível de aprendizagem dos alunos do Ensino fundamental, como estratégia para a progressiva qualificação da Escola Pública do Ceará.
8ª	Implantar os planos de cargos e carreiras.
9ª	Fortalecer, ampliar e qualificar as ações voltadas para educação especial e inclusão educacional, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e capacitação nos temas transversais.
10ª	Desenvolver ações que acelerem o processo de universalização do acesso à pré-escola (crianças de quatro e cinco anos), com o compromisso de construção de Centros de Educação Infantil – CEIs, através de parceria do Estado com a União e os municípios.

TEMA: EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RANKING	AÇÃO
1ª	Expandir e favorecer o acesso à internet, através do Cinturão Digital do Ceará – CDC, na região dos Inhamuns.
2ª	Garantir o incentivo financeiro e oferecer cursos de pós-graduação e mestrado nas unidades universitárias dos sertões dos Inhamuns.
3ª	Ampliar e modernizar a infraestrutura dos diversos cursos de graduação na região dos Inhamuns.
4ª	Qualificar docente nas questões didáticas e pedagógicas, preparando o professor de nível superior para o exercício do Magistério.
5ª	Buscar universalizar os programas de inclusão digital, garantindo o acesso à Internet a toda a população cearense, com o objetivo de redução dos custos de conexão banda larga nos municípios, aumentando a qualidade e a velocidade da rede, na região dos Inhamuns.
6ª	Aperfeiçoar e ampliar o Sistema de Educação Superior no Ceará.

7ª	Consolidar e expandir a rede de ensino profissional na região dos Inhamuns.
8ª	Ampliar os programas para a formação de jovens para o mercado de TI e estimular a criação de incubadoras de empresas de bases tecnológica e social, articuladas com o empreendedorismo e associativismo locais e das comunidades.
9ª	Articular com o governo Federal a criação de uma nova universidade federal no Ceará, na Região Norte.
10ª	Ampliar a Oferta de Cursos da Universidade Federal e Estadual para a região dos Inhamuns.

TEMA: SAÚDE

RANKING	AÇÃO
1ª	Universalizar o SAMU em todo Estado do Ceará, com a implantação dos quatro Polos.
2ª	Ampliar e interiorizar a Escola de Saúde Pública, mediante parcerias.
3ª	Apoiar financeiramente os municípios na melhoria da infraestrutura das equipes do PSF.
4ª	Manter e ampliar os Repasses Financeiros aos municípios.
5ª	Consolidar as Policlínicas e Centros de Especialidades Odontológicas - CEO, com ampliação do acesso à população a serviços de saúde especializados.
6ª	Implantar o Programa de Valorização dos Trabalhadores e Promoção de Ambientes de Trabalho Saudáveis.
7ª	Construir Casas de Acolhimento e Cuidado aos dependentes químicos de crack e de outras drogas, com trinta leitos cada. Seis Casas na capital e Casas no interior (uma por regional de saúde).
8ª	Implantar Polo de Educação Permanente na Região.
9ª	Construir o Hospital Regional da Região Inhamuns/Crateús.
10ª	Defender a aprovação da regulamentação da Emenda 29.

TEMA: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

RANKING	AÇÃO
1ª	Desenvolver ações para prevenção e enfrentamento ao consumo do crack e outras drogas, articulados com as organizações da sociedade civil e dos municípios.
2ª	Aperfeiçoar o Programa de Atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, com ampliação das ações de ressocialização.
3ª	Fortalecer o apoio à gestão municipal pela ampliação do financiamento no concurso de projetos para o desenvolvimento das políticas de direitos de idosos e de pessoas com deficiência.
4ª	Formar consórcios intermunicipais para implantação de CREAS e serviços de acolhimento regionalizados, destinados ao atendimento às crianças e aos adolescentes, idosos, mulheres e outros segmentos vítimas de violência.
5ª	Implantar o centro de inclusão social e produtiva de pessoas com deficiências.
6ª	Ampliar e fortalecer os projetos de educação profissional voltados para os grupos discriminados e para as minorias.
7ª	Fortalecer ações de qualificação profissional focadas nos públicos prioritários, como agricultores familiares, artesãos e empreendedores individuais e grupos autogestionários.
8ª	Garantir a reforma de espaços públicos conforme determinantes legais do Desenho Universal para a acessibilidade, lazer e esportes para o idoso e pessoas com deficiência.
9ª	Implantar casas de passagem e abrigos.
10ª	Fortalecer e ampliar a Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, tais como: restaurantes populares; cozinhas comunitárias; e bancos de alimentos.

TEMA: CULTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Promover a revisão da Legislação Cultural do Estado.
2ª	Institucionalizar os Fóruns Regionais de Cultura e os Fóruns de Linguagens Artísticas para garantir a efetiva participação na elaboração e execução das políticas públicas no Estado.
3ª	Implantar programas de formação de gestores públicos de cultura e de produtores culturais, voltados à elaboração de projetos culturais e outras estratégias de captação de recursos.
4ª	Manter atualizado o mapeamento de expressões culturais para conhecer e divulgar a diversidade cultural cearense.
5ª	Buscar a universalização dos programas de formação e capacitação profissional em cultura, artes e ofícios em rede.
6ª	Implantar uma rede de equipamentos culturais públicos municipais e regionais.
7ª	Planejar a ampliação de recursos para o financiamento das políticas públicas de cultura.
8ª	Consolidar as relações entre cultura e educação, tendo na escola um espaço de fruição, de experimento e de valorização da arte e cultura.
9ª	Resgatar, fortalecer a cultura popular e grupos culturais específicos (etnias, orientação sexual e outras diversidades).
10ª	Planejar a criação do Instituto do Patrimônio Histórico-Cultural do Ceará.

TEMA: ESPORTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Construir quadras cobertas, campo de futebol com estrutura e reforma dos estádios e áreas esportivas já existentes.
2ª	Criar programas de capacitação e de fortalecimento institucional nas secretarias municipais de esporte, formação profissional na área, abrangendo o atendimento à 3ª idade e à pessoa com deficiência.
3ª	Estimular a formação de uma indústria criativa do esporte e qualificação de grupos produtivos comunitários, organizando-os como Arranjos Produtivos Locais – APLs.
4ª	Firmar parcerias permanentes com o movimento social organizado e com os órgãos de segurança pública, atuando na prevenção do uso de drogas e na reabilitação do usuário.
5ª	Desenvolver parcerias para construção de centros poliesportivos regionais para seguir como polo de formação de atletas e paratletas.
6ª	Lançar edital do concurso público “Prêmio Ceará de Esporte e Lazer de Inclusão Social”, como também para seleção e contratação de melhores projetos esportivos sociais.
7ª	Destinar recursos a escola para compra de material esportivo.
8ª	Interiorizar as ações do Projeto Esporte na Escola.
9ª	Interiorizar as ações do Projeto Mão Amiga.
10ª	Realizar estudos e pesquisas, visando à criação de uma base de dados para mapeamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos equipamentos, programas e projetos esportivos no Estado do Ceará.

TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA

RANKING	AÇÃO
1ª	Ampliar os programas de recuperação e preservação dos patrimônios material e imaterial.
2ª	Criar, integrar e fortalecer programas para prevenção ao uso de drogas e de violência, ao Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack e a outras Drogas.
3ª	Formular uma Política de Cargos e Salários para os policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários, defensores públicos e demais profissionais de segurança pública.
4ª	Construir/reformar presídios, cadeias, delegacias, casas de abrigo, centro educacional para menores.
5ª	Ampliar o Programa Ronda do Quarteirão para os municípios do interior, através do Ronda regionalizado, organizado pela proximidade entre os municípios.
6ª	Dar continuidade à política de ampliação dos quadros dos profissionais do Sistema de Segurança Pública, Sistema Penitenciário e Defensores Públicos.
7ª	Incrementar o processo de interiorização da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, da Perícia Forense e da Defensoria Pública.
8ª	Redefinir e apoiar os Conselhos Comunitários de Defesa Social e os Conselhos de Defesa Civil.
9ª	Implementar um sistema de segurança cidadã baseado na cultura de paz e não violência.
10ª	Viabilizar ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

EIXO: SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA**TEMA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E PESCA**

RANKING	AÇÃO
1ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
2ª	Estudar a criação de mecanismos que estimulem a recuperação de áreas degradadas.
3ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública, que atenda às necessidades da Agricultura Familiar.
4ª	Fortalecer o sistema de extensão rural do Estado.
5ª	Ampliar e aperfeiçoar o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.
6ª	Estudar a implementação de uma política de dispensa e/ou isenção do licenciamento ambiental para os agricultores familiares que desenvolvam práticas produtivas com sustentabilidade sócioambiental.
7ª	Formar profissionais para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, comprometidos com os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER.
8ª	Desenvolver ações para universalizar o acesso à água para o consumo humano no meio rural.
9ª	Buscar estender o Programa Luz para Todos para fins produtivos.
10ª	Fortalecer a Câmara Técnica de Assistência Técnica e Extensão rural – ATER, no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDR.

TEMA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RANKING	AÇÃO
1ª	Manter e expandir as ações voltadas ao estímulo de geração de energia renovável (Biomassa, Eólica e Solar).
2ª	Implantar o Parque Industrial no município polo da Microrregião.
3ª	Apoiar a implementação na Lei Geral das Micro e pequenas Empresas, com a implantação da Rede simplificada para abertura das mesmas.
4ª	Implantar a indústria de beneficiamento regional para a ovinocaprinocultura.
5ª	Liberar recursos para apoio a projetos produtivos, mandalas ou quintais produtivos, ampliação do PAA e tudo que possa gerar renda ao agricultor familiar nos municípios.
6ª	Incentivar o empreendedorismo e a responsabilidade social nas regiões turísticas com a participação da comunidade.
7ª	Planejar meios que incentivem a instalação de equipamentos que estimulem a atração de turistas de médio e baixo poderes aquisitivos, como forma de fortalecer a cadeia produtiva do turismo.
8ª	Consolidar a implantação do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde – PITS.
9ª	Promover o máximo aproveitamento dos polos de irrigação, atraindo investimentos para a geração de emprego e renda.
10ª	Fortalecer a política de enfrentamento à exploração sexual de crianças e de adolescentes, garantindo a efetivação do ECA.

TEMA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

RANKING	AÇÃO
1ª	Apoiar a melhoria ambiental dos espaços urbanos por meio da qualificação dos logradouros públicos (ruas e praças), recuperação dos recursos ambientais com a criação de parques e arborização urbana.
2ª	Apoiar aos municípios, por meio do Ministério das Cidades, para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.
3ª	Estimular a implantação da gestão consorciada de políticas de saneamento ambiental (água, esgoto, resíduo sólido) e transporte público.
4ª	Regularizar propriedades urbanas a exemplo da regularização fundiária rural.
5ª	Garantir a participação das associações de moradores na gestão para a aplicação eficiente dos recursos habitacionais.
6ª	Criar programa de apoio e capacitação das entidades da sociedade civil e conselhos de regionais, constituindo fóruns com gestão participativa e implementação de salas de situação de acompanhamento das políticas públicas.
7ª	Substituir as moradias precárias construídas em taipa por sistemas construtivos adequados à saúde, segurança e conforto habitacional.
8ª	Preservar os sítios e monumentos históricos, o patrimônio cultural (material e imaterial) e o patrimônio ambiental.
9ª	Apoiar a implantação de banheiros/kits sanitários para periferia das cidades e zona rural e de programa de educação sanitária, em parceria com agentes de saúde, ONGs e instituições afins.
10ª	Apoiar os empreendimentos produtivos de base comunitária e Arranjos Produtivos Locais – APL.

TEMA: MEIO AMBIENTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Estudar a criação do programa de Agente Ambiental.
2ª	Fortalecer os órgãos ambientais para efetivar a fiscalização da venda e do consumo dos agrotóxicos, da prática das queimadas, dos desmatamentos, das áreas de preservação e de conservação ambiental, da fauna e da flora.
3ª	Estudar a instituição do pagamento por serviços ambientais para conservação e preservação dos recursos naturais.
4ª	Atualizar a base cartográfica e a espacialização dos dados sócioeconômicos por município e região.
5ª	Estimular a implantação da gestão consorciada de políticas de saneamento ambiental (água, esgoto, resíduo sólido) e transporte público.
6ª	Elaborar e implementar programa de saneamento básico nas cidades (coleta, drenagem, tratamento), com ampliação de rede de distribuição de águas que garanta a reutilização, tratamento e dessalinização.
7ª	Fortalecer os órgãos ambientais municipais, capacitando os gestores ambientais e demais instituições que atuam na área.
8ª	Implantar projeto de reciclagem das águas.
9ª	Implantar a coleta e reciclagem do lixo rural.
10ª	Fomentar projetos relacionados com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, e com o Programa Carbono Zero.

TEMA: RECURSOS HÍDRICOS

RANKING	AÇÃO
1ª	Estudar a implantação de pequenos sistemas de abastecimento de água (poços com chafarizes dessalinizadores, cisternas, barragens subterrâneas) no campo, priorizando o uso de energias alternativas.
2ª	Empreender esforços para finalizar a construção do Eixão das Águas e iniciar a construção do Cinturão das Águas.
3ª	Expandir a prática da tecnologia de coleta de água da chuva (incentivo à construção de cisternas e mandalas).
4ª	Planejar a implantação de sistemas de adutoras para atendimento de populações urbanas do interior do Estado.
5ª	Universalizar o abastecimento de água no Estado.
6ª	Planejar a execução de obras (barragens vertedouras e barragens subterrâneas) para otimizar a perenização dos rios.
7ª	Aproveitar os recursos hídricos para projetos de irrigação na região.
8ª	Construir poços profundos nos municípios.
9ª	Elaborar plano para definição de soluções alternativas e de modelo de gestão, com base em critérios técnicos e sócioeconômicos, estabelecendo o programa "ÁGUA PARA TODO O CEARÁ".
10ª	Construir adutora do açude Arneiroz II para Tauá

TEMA: INFRAESTRUTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Planejar o reforço do Sistema Elétrico Rural, passando de monofásico para trifásico.
2ª	Ampliar a restauração de rodovias.
3ª	Articular-se com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para a inserção de uma tarifa diferenciada para o Sistema de Recursos Hídricos e o meio rural, atendendo prioritariamente a agricultura familiar.
4ª	Planejar a implantação da Telefonia Móvel nos distritos através de estações repetidoras – ERP, em parceria.
5ª	Instituir programa de melhoramento das estradas vicinais dos municípios para possibilitar o uso de ônibus adequados ao transporte escolar.
6ª	Ampliar a implantação de novas rodovias.
7ª	Fortalecer a parceria junto ao governo Federal para consolidação do Programa Luz Para Todos.
8ª	Promover a articulação para assegurar a implantação e a restauração das rodovias federais em nosso território.
9ª	Construir barragens, açudes e cisternas nos municípios e assentamentos da macrorregião.
10ª	Construir, fazer piçarramento e calçamento das ladeiras, passagens molhadas e pontes das estradas vicinais que dão acesso às propriedades rurais e sistemas de transporte coletivo

3.2 - TEMAS ESTRATÉGICOS

Dentro da perspectiva de definir os compromissos regionais, durante as oficinas os participantes elegeram, em plenária, três temas estratégicos cujos resultados encontram-se a seguir:

Crateús

1 - Fortalecimento do sistema de segurança pública, defensoria e justiça integrada aos sistemas de educação, trabalho e assistência social.

2 - Políticas específicas para o semiárido dos sertões de Crateús com a otimização dos recursos naturais (vocação agrícola, energia solar, minério) e implantação da Universidade do Semiárido.

3 - Acesso ao ensino público superior através da construção da Universidade Estadual Vale do Rio Poti.

Tauá

1 - Criação de novos cursos públicos e gratuitos de graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) na UECE, nas áreas humana, de saúde e de tecnologia.

2 - Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.

3 - Fortalecimento da política de saúde nos níveis da atenção básica e secundária no âmbito regional, com ênfase na educação permanente dos profissionais.

4. PLANO PLURIANUAL - PPA 2012-2015

O Governo do Estado do Ceará, quando da elaboração do PPA 2012-2015, reforça a incorporação dos princípios da participação social e da dimensão territorial, objetivando dar maior transparência à aplicação dos recursos públicos, aos resultados obtidos e explicitar a distribuição regional das metas

4.1 - COMPROMISSOS REGIONAIS

Os Compromissos Regionais apresentam-se como um elemento dinamizador da estratégia de articulação de parcerias e da intersetorialidade, premissas contidas nas diretrizes do Plano de Governo. O quadro a seguir apresenta os Compromissos Regionais

e gastos governamentais. A incorporação da dimensão territorial focada na orientação da alocação dos investimentos visa ao equilíbrio territorial, à superação dos desafios e à potencialização das oportunidades regionais.

pactuados segundo as áreas temáticas de governo. Os percentuais apresentados correspondem à proporção em que a área temática figurou como prioridade regional no total das oficinas regionais realizadas, em função do compromisso eleito.

COMPROMISSO REGIONAL	MACRORREGIÃO/SEDE DA OFICINA
ÁREA TEMÁTICA: SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA (35%)	
Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial, ao enfrentamento às drogas.	RMF (Fortaleza) Litoral Oeste (Itapipoca) Sertão dos Inhamuns (Crateús) Sertão Central (Canindé e Mombaça) Cariri/Centro-Sul (Juazeiro do Norte)
ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE (23%)	
Garantia da resolubilidade da atenção à saúde de média complexidade com ações intersetoriais, prioritariamente voltadas ao combate às drogas e a acidentes de trânsito.	Sobral/Ibiapaba (Tiangú)
Fortalecimento da atenção à saúde através de uma rede regionalizada, integrando os níveis primário, secundário e terciário, com a construção do Hospital Regional do Litoral Leste/Jaguaribe. Redimensionamento da regionalização da saúde incorporando Jaguaribe como Município Polo.	Litoral Leste/Jaguaribe (Jaguaribe e Aracati)
Fortalecimento e qualificação da atenção à saúde na média complexidade, e das ações intersetoriais para urgência e emergência e dependentes químicos e educação permanente em saúde.	Cariri/Centro-Sul (Iguatu)
ÁREA TEMÁTICA: CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL, (12%)	
Criação de novos cursos públicos e gratuitos de graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) na UECE, nas áreas humana, de saúde e de tecnologia.	Sertão dos Inhamuns (Tauá)

Oferta de educação básica em tempo integral, formação profissional, tecnológica e médica na região do Sertão Central.	Sertão Central (Quixeramobim)
ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA (6%)	
Desenvolvimento das cadeias produtivas do caju, mandioca, apicultura, turismo, pesca e aquicultura sustentáveis com ATER/ATEPA (Assistência Técnica Piscícola e Aquícola).	Litoral Oeste (Camocim)
ÁREA TEMÁTICA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (6%)	
Integração da malha viária da região.	Sobral/Ibiapaba (Sobral)
ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL (6%)	
Saneamento ambiental: água e esgoto para todo o Maciço de Baturité.	Baturité (Baturité)
ÁREA TEMÁTICA: RECURSOS HÍDRICOS (12%)	
Revitalização da Bacia do Salgado integrando-a ao Canal da Transposição (Eixão das Águas) articulada com o desenvolvimento das cadeias de produção de fruticultura, olericultura, piscicultura, apicultura e bovinocultura de leite.	Cariri/Centro-Sul (Brejo Santo)
Aproveitamento e ampliação dos Recursos Hídricos de maneira racional e sustentável.	Cariri/Centro-Sul (Icó)

• COMPROMISSOS REGIONAIS DO SERTÃO DOS INHAMUNS

Território do Sertão dos Inhamuns:

- Criação de cursos públicos e gratuitos de graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) na UECE, nas áreas humana, de saúde e de tecnologia.

Território Sertão dos Crateús:

- Fortalecimento do sistema de segurança pública, defensoria e justiça integrada aos sistemas de educação, trabalho e assistência social.

No território do Sertão dos Inhamuns a participação social considerou que as políticas públicas de Educação Superior, Profissional, Ciência e Tecnologia, precisam ser fortalecidas neste território. Segundo a óptica do cidadão, para impulsionar o desenvolvimento local, se faz necessário ampliar as atividades da UECE com alta qualidade, criando cursos e vagas de

graduação e pós-graduação, bem como incrementar sua capacidade de liderança na inovação científica e tecnológica. Para o território Sertão dos Crateús o enfrentamento à violência e à criminalidade foi o tema apontado como estratégico.

4.2 - PROGRAMAS E METAS REGIONALIZADAS

O Programa Temático retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios

e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade e se desdobra em Objetivos e Iniciativas.

EIXO: SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	00273 - Ampliar em 20.143 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional-EEEP.	230	690	920
021 - Promoção da Juventude	01503 - Ampliar o atendimento do Programa E-Jovem para os 184 municípios até 2014.	16	16	16
023 - Igualdade Étnico-Racial	01504 - Elevar em 30% a matrícula do ensino médio nas escolas indígenas até 2015.	209	625	625
	01505 - Atender, até 2015, a 100% das comunidades indígenas e quilombolas com construção, ampliação e reforma/adequação das unidades escolares.	2	7	9
	01507 - Atender, até 2015, a 100% dos professores e gestores das escolas indígenas com formação continuada e em serviço, observando as peculiaridades dessa modalidade de ensino.	51	152	203
	01846 - Garantir as condições básicas para a efetividade do processo de ensino/aprendizagem dos conteúdos referentes à história e às culturas afro-brasileira e indígena nas 665 escolas da rede estadual.	40	40	40
	01751 - Atender a 200 escolas da rede pública estadual com projetos de promoção da Cultura de Paz até 2015.	16	16	16
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	01751 - Atender a 200 escolas da rede pública estadual com projetos de promoção da Cultura de Paz até 2015.	16	16	16
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	00511 - Garantir padrões básicos de funcionamento a 238 escolas da rede estadual para atendimento aos alunos com deficiência.	7	10	17
	00512 - Garantir acessibilidade aos alunos de 665 escolas estaduais, de acordo com as normas da ABNT, até 2015.	40	40	40
	01510 - Promover formação em serviço para 1.531 professores que atuam na educação especial.	23	71	94

072 - Aprendizagem das Crianças na Idade Certa	00532 - Alfabetizar a cada ano, no nível desejável, 237.082 alunos, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em todos os municípios do Estado.	14.704	44.112	58.816
	00590 - Ampliar as ações do Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC para os 427.533 alunos do 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental das escolas públicas.	24.912	74.736	74.736
	00632 - Implantar 161 Centros de Educação Infantil - CEI, apoiando os municípios na ampliação do atendimento das crianças de 0 a 5 anos.	1	15	16
	00633 - Apoiar os 184 municípios na implementação de políticas direcionadas para melhoria da aprendizagem dos alunos, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.	16	16	16
073 - Organização e Gestão da Educação Básica	01343 - Prover as 665 escolas da rede pública estadual com materiais didáticos e pedagógicos para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes.	40	40	40
	01344 - Apoiar financeiramente o desenvolvimento de projetos ambientais em até 186 escolas estaduais, por ano, até 2015.	11	33	44
	01345 - Criar Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola-Com-Vida em 1.000 escolas públicas até 2015.	15	41	56
	01348 - Certificar, anualmente, 8.135 alunos matriculados na educação de jovens e adultos no formato semipresencial até 2015.	231	693	924
	01351 - Garantir as condições básicas de funcionamento com equidade às 665 unidades escolares da rede pública estadual, assegurando a infraestrutura e os insumos indispensáveis ao desenvolvimento da aprendizagem.	40	40	40
	01352 - Garantir a melhoria do transporte escolar para o acesso dos 143.895 alunos do campo/zona rural, na faixa etária de educação escolar obrigatória, às unidades de ensino.	9.876	9.876	9.876
	01353 - Implementar nas 665 escolas estaduais a metodologia da superintendência escolar como instrumento de planejamento, acompanhamento e monitoramento.	40	40	40

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	03026 - Adaptar o espaço físico dos 8 campi da UECE às formas de acessibilidade e mobilidade.	2	2	2
068 - Educação Superior	01213 - Ampliar de 18.000 para 21.800 o número de matrículas nos cursos de graduação da UECE.	3.780	4.360	4.360
	01240 - Aumentar de 1.647 para 1976 (5% ao ano) a produção científica na UECE.	8	20	28
	01250 - Aumentar de 81.000 para 115.830 (10% ao ano) o número de pessoas atendidas com ações de extensão na UECE.	8.910	11.583	11.583
	01257 - Ampliar em 40% os grupos voltados à extensão cultural e artística.	2	2	2
069 - Educação Profissional	00613 - Avaliar e monitorar 100% dos contratos de gestão firmados pela SECITECE.	1	3	4
070 - Ciência, Tecnologia e Inovação	00493 - Formar 990 multiplicadores na área de Ciências.	-	60	60
	00731 - Aumentar em 30% o número de demandas locais atendidas pelos agentes digitais.	14	71	85
	01296 - Realizar 73 eventos para difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional.	2	3	5
	01319 - Realizar 8 concursos de experiências científicas.	1	-	1

SECRETARIA DA SAÚDE – SESA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
025 - Enfrentamento às Drogas	00583 - Apoiar os 184 municípios cearenses na implantação/implementação de ações voltadas ao enfrentamento da dependência de álcool, crack e de outras drogas.	16	16	16
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	01787 - Apoiar os 31 municípios que prestam atendimento especializado à pessoa com deficiência.	2	2	2
027 - Atenção à Pessoa Idosa	01744 - Apoiar 100% dos municípios na implementação da saúde da pessoa idosa na atenção primária.	16	16	16
	01745 - Ampliar o atendimento especializado em geriatria e gerontologia para 100% das regiões de saúde do Estado do Ceará.	-	2	2
	02980 - Capacitar cuidadores de pessoas idosas para Rede de Atenção Primária à Saúde.	43	66	109

030 - Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS.	00387 - Implantar o Sistema de Acompanhamento Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS nas 21 Coordenadorias Regionais de Saúde.	2	2	2
	00440 - Qualificar em 100% a Rede de Ouvidoria da SESA.	1	1	2
	00497 - Realizar 143 eventos para conselheiros e lideranças no âmbito Estadual, Macro e Microrregional e Municipal.	4	9	13
	01797 - Implantar e estruturar o Sistema Estadual Rede Escola do SUS.	1	1	1
	01799 - Apoiar a implantação do Sistema Integrado da Gestão da Força de Trabalho e da Educação em Saúde na rede SESA.	-	1	1
	01807 - Modernizar a infraestrutura de tecnologia da informação das Microrregiões de Saúde, Unidades próprias, vinculada e áreas técnicas de nível central da SESA.	2	2	2
	01845 - Implementar o Plano de Educação Permanente em Saúde.	1	1	1
	01863 - Implantar Núcleos Executivos da ESP nas Microrregiões de Saúde.	-	2	2
	01864 - Capacitar trabalhadores do SUS.	1.000	1.581	2.581
	01865 - Capacitar profissionais e comunidade por meio de ações educativas em saúde pública.	180	720	900
02995 - Fomentar a realização de pesquisas sobre temas relevantes para o SUS.	1	-	1	
037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	00136 - Garantir padrão de atendimento de qualidade: acreditação/certificação para todas as Unidades de Saúde do Estado.	2	2	2
	00986 - Apoiar 100% dos municípios na organização e qualificação das ações de Saúde Mental.	16	16	16
	01700 - Implementar um Sistema de Informação gerencial padronizado para todos os CEO's, Policlínicas e Hospitais Terciários com implantação progressiva visando a efetivação em 100% até 2015.	2	3	3
	01724 - Garantir a implantação/implementação de 17 serviços especializados de Saúde do Trabalhador.	-	1	1
	01726 - Configurar o desenho das Redes de Urgências, articuladas com as Redes Cegonha e Psicossocial em 100% das Regiões de Saúde.	2	2	2
	01729 - Implantar/implementar as 32 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs.	1	2	2
	01730 - Implementar as unidades de emergências nos Hospitais componentes do Sistema Estadual de Urgência e Emergência.	2	2	2
01732 - Preparar 100% das unidades que integram a Rede de Urgência e Emergência para o atendimento a desastres, catástrofes e incidentes com múltiplas vítimas.	2	2	2	

037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	01734 - Apoiar os 184 municípios para obtenção de uma cobertura mínima de 70% do SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.	16	16	16
	01739 - Implantar Centros de Especialidades Odontológicas em 10 regiões de saúde.	1	-	1
	01743 - Apoiar o desenvolvimento de ações promotoras de saúde bucal em 100% dos municípios.	10	16	16
	01747 - Monitorar 33 Hospitais Pólo, 15 Hospitais Estratégicos e 64 Hospitais de Pequeno Porte para garantia de atendimento aos pacientes encaminhados pela Atenção Primária.	4	4	4
	01749 - Monitorar unidades que realizam atendimentos especializados em oftalmologia em 30 municípios.	3	3	3
	01750 - Implantar/implementar ações de prevenção à cegueira do RN em maternidades credenciadas ao Sistema Único de Saúde - SUS em 138 municípios.	11	11	11
	01792 - Garantir padrão de atendimento e qualidade: acreditação/certificação para 50% das Unidades da Rede SESA do Estado até 2015.	1	1	1
	01818 - Garantir a implantação de serviços especializados em Fitoterapia nas 08 (oito) Macrorregiões do Estado.	-	3	3
	01823 - Estruturar a Rede de Assistência Farmacêutica Básica e Especializada nas 08 (oito) Macrorregiões do Estado.	1	1	2
	01824 - Garantir o abastecimento e atendimento de 80% dos fármacos padronizados no elenco da Programação Pactuada Integrada - PPI da Assistência Farmacêutica Básica e Especializada aos 184 municípios.	16	16	16
01826 - Apoiar os projetos financiados com recursos do Programa de Cooperação Federativa para melhoria da infraestrutura física e tecnológica das Unidades de Saúde.	21	53	74	
065 - Promoção, Proteção e Vigilância à Saúde	01746 - Reestruturar a Rede de Frio das 22 Microrregiões.	1	1	2
	01762 - Implantar o Programa de Vigilância de populações expostas às substâncias químicas em 96 municípios do Estado.	-	10	10
	01763 - Implementar o Sistema Municipal de Vigilância Sanitária nos 184 Municípios.	16	16	16
	01764 - Implementar o Sistema Municipal de Informação em Saúde nos 184 Municípios.	16	16	16
	01765 - Estruturar as 22 Microrregiões de Saúde para o desenvolvimento de ações de prevenção e controle das zoonoses e DTV.	2	2	2

065 - Promoção, Proteção e Vigilância à Saúde	01766 - Implementar o Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica nos 184 Municípios.	16	16	16
	01767 - Implementar as ações de prevenção e controle das DSTs/AIDS e sífilis congênita nos 184 Municípios.	16	16	16
	01769 - Implementar o Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica das doenças e agravos não transmissíveis nos 184 Municípios.	16	16	16
	01770 - Ampliar para os 184 municípios a notificação e investigação dos acidentes de trabalho fatal, com mutilações e acidentes de trabalho em crianças e adolescentes.	-	16	16
	01802 - Estruturar e manter os Laboratórios Central e Regionais de Saúde Pública e o Serviço de Verificação de Óbitos - SVO.	1	1	1
	02986 - Estruturar 22 Laboratórios de Entomologia e Base de UBV.	1	1	2
	02987 - Estruturar 21 Redes de Frio e adquirir um caminhão frigorífico.	1	1	2

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
021 - Promoção da Juventude	00905 - Qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores.	1.525	4.655	6.180
	01304 - Inserir 28.150 jovens trabalhadores no mercado de trabalho.	459	1.395	1.854
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	01861 - Atender a 4.324 adolescentes em conflito com a lei nas unidades de semiliberdade, internação provisória e privação de liberdade.	25	75	100
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	01383 - Assegurar o apoio financeiro a municípios na realização de serviços e projetos voltados para 4.250 pessoas com deficiência.	100	150	250
027 - Atenção à Pessoa Idosa	01384 - Apoiar financeiramente 7.400 pessoas idosas em municípios.	400	0	400

049 - Trabalho, Emprego e Renda	00195 - Cadastrar 20.102 artesãos de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos.	209	684	893
	00197 - Qualificar 7.110 artesãos.	130	423	553
	00198 - Apoiar 340 entidades artesanais e grupos produtivos.	3	11	14
	00322 - Inserir 393.228 trabalhadores no mercado de trabalho.	903	3.029	3.932
	00325 - Qualificar e requalificar 58.300 trabalhadores.	1.140	3.420	4.560
	00342 - Realizar 9.000 operações de microcrédito.	50	150	200
	00585 - Realizar 238 ações de qualificação em Economia Solidária.	4	18	22
	00587 - Realizar 32 Feiras Regionais de Comercialização e Consumo Solidário e 2 Feiras de Negócios na Região Metropolitana de Fortaleza.	1	3	4
	00588 - Apoiar 624 grupos de empreendedores solidários.	20	66	86
	01036 - Conceder 7.200 instrumentais de trabalho para trabalhadores qualificados.	170	510	680
	01805 - Capacitar 6.500 microempreendedores.	50	150	200
	03044 - Atender a 3.160.972 trabalhadores com o benefício de Seguro-Desemprego.	7.902	23.707	31.609
	03048 - Qualificar 7.200 trabalhadores desempregados.	100	300	400
050 - Assistência Social	01035 - Atender a 3.100 crianças de 0 a 5 anos em Centros de Educação Infantil.	100	-	100
	01044 - Capacitar 4.960 pessoas da entidade executora do programa e dos municípios beneficiados.	186	374	560
	01086 - Prestar assessoramento técnico aos 184 municípios.	16	16	16
	01125 - Assegurar o cofinanciamento dos benefícios eventuais nos 184 municípios.	8	8	8
	01135 - Capacitar 7.380 profissionais das equipes municipais da Proteção Social Básica e do banco de dados do CADÚNICO.	80	240	320
	01142 - Assegurar o cofinanciamento das ações do Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF nos 184 municípios.	11	5	16
	01155 - Atender a 156.550 famílias por meio do PAIF e do Estação Família.	8.850	3.950	12.800
	01158 - Atender a 4.830 pessoas através de ONGs da rede de proteção social.	180	540	720
	01755 - Atender a 17.000 famílias em situação de vulnerabilidade social nos Centros de Referência da Assistência Social.	500	500	1.000
	01757 - Atender a 23.600 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros.	-	500	500

050 - Assistência Social	01757 - Atender a 23.600 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros.	-	500	500	
	01808 - Beneficiar 10.500 famílias cadastradas no CADÚNICO.	125	375	500	
	01836 - Atender a 50.934 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS municipais e regionais.	2.722	2.785	5.507	
	01838 - Retirar 18.675 crianças e adolescentes do trabalho infantil.	549	1.647	2.196	
	01839 - Qualificar 5.242 adolescentes, jovens e agentes públicos.	192	462	654	
	01843 - Ampliar para 104 o número de CREAS com o serviço de atendimento das medidas em meio aberto.	2	8	10	
	01876 - Qualificar 700 adolescentes e jovens com cursos profissionalizantes.	-	100	100	
	02992 - Subsidiar 32 entidades que prestam serviços de acolhimento institucional a crianças, adolescentes e idosos, socioeducativos para pessoas com deficiências.	1	1	1	
	051 - Segurança Alimentar e Nutricional	00889 - Implantar em 92 municípios os mecanismos de gestão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.	2	6	8
		00890 - Instituir processos continuados de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada, com o desenvolvimento de 361 ações de capacitação.	5	6	11
00896 - Assessorar os 184 municípios do estado na implementação de conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional.		4	12	16	
00898 - Apoiar a implantação de 64 equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, feiras e mercados públicos).		2	6	8	
00901 - Apoiar a implementação de 80 projetos municipais voltados para produção de alimentos.		2	6	8	

SECRETARIA DA CULTURA - SECULT

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
006 - Memória Cultural	00008 - Realizar 32 ações socioeducativas na área do patrimônio nas 08 macrorregiões do Estado sensibilizando 1.000 pessoas para preservação do patrimônio.	1	3	4
	00011 - Incentivar, assessorar e monitorar a implantação de 16 Arquivos Públicos.	1	-	1
	00509 - Selecionar, reconhecer e apoiar, por ano, 60 Mestres da Cultura Tradicional Popular até 2015.	1	1	1
	00514 - Incentivar, assessorar e monitorar 96 museus no Estado do Ceará cadastrados no SEM/CE.	4	4	4
007 - Incentivo às Artes e às Culturas Regionais do Ceará	00568 - Modernizar e dinamizar 23 equipamentos culturais.	1	1	1
	00570 - Implantar 08 equipamentos culturais nas macrorregiões.	1	-	1
	00575 - Realizar 32 Festivais Regionais de Música por meio do Sistema de Bandas de Música.	1	3	4
	00637 - Apoiar 300 projetos de demandas espontâneas nos diversos seguimentos culturais.	9	27	36
	00639 - Realizar 16 seminários regionais.	-	2	2
	00641 - Apoiar a realização de 400 cursos livres, nos seis segmentos de linguagem, nas 8 macrorregiões.	20	30	50
	00642 - Realizar 8 cursos voltados para a formação de guias e agentes patrimoniais.	-	1	1
	00661 - Apoiar os 100 novos pontos selecionados no II Edital Pontos de Cultura do Estado do Ceará.	8	8	8
	00666 - Realizar 32 Encontros do Sistema Estadual de Teatro.	1	3	4
	00667 - Realizar 32 Encontros do Sistema Estadual de Centros Culturais.	1	3	4
00668 - Realizar 32 Encontros Regionais de Bandas de Música.	1	3	4	
008 - Incentivo à Leitura e ao Conhecimento	00013 - Reformar 12 espaços físicos para sediar bibliotecas públicas.	-	1	1
	00017 - Realizar 16 feiras de livros, sendo 08 Feiras de Sebo e 08 Feiras Regionais.	-	1	1
	00517 - Realizar 64 cursos de formação na área de biblioteca, sendo 2 cursos por ano em cada macrorregião.	2	6	8

021 - Promoção da Juventude	00530 - Conceder bolsas a 64 jovens artistas de 30 municípios de baixo IDM nas 8 macrorregiões.	40	40	80
	00538 - Realizar 64 atividades socioeducativas, sendo 16 oficinas de <i>hip hop</i> ao ano, contemplando grafite, <i>MC</i> , <i>dance</i> e <i>break</i> .	2	6	8
	00539 - Realizar 32 seminários sobre juventude e segurança pública.	1	3	4
	01788 - Conceder 290 bolsas para agentes de leitura, sendo 280 agentes e 10 articuladores em 41 municípios de alto Índice de Focalização de Agentes de Leitura - IFAL.	65	65	65
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	00548 - Realizar 128 cursos de arte e cultura.	4	12	16
	00554 - Realizar 32 festivais regionais itinerantes (alternando nas macrorregiões) para pessoas com deficiência.	1	3	4

SECRETARIA DO ESPORTE - SESPORTE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
071 - Esporte - Educação, Participação e Lazer	00974 - Implantar e manter 500 núcleos esportivos em todo o Estado.	20	20	20
	00975 - Atender a 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos.	1.900	1.900	1.900
	00976 - Conceder 3.000 bolsas a crianças e adolescentes.	86	86	86
	00977 - Gerar ocupação e renda para 1.000 profissionais da área de esporte e lazer.	125	125	125
	01279 - Atender a 5.250 pessoas no desenvolvimento da prática esportiva e de lazer.	40	120	160
	01776 - Atender a 5.250 pessoas no desenvolvimento da prática esportiva e de lazer, no âmbito do FUNDEJ.	40	120	160
	093 - Infraestrutura Esportiva e de Lazer	01544 - Construir 25 pistas de <i>skate</i> regionais em municípios com população acima de 50 mil habitantes.	2	2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SSPDS

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
012 - Segurança Pública Comunitária	03000 - Ampliar a atuação do Ronda do Quarteirão para municípios acima de 30 mil habitantes - Polícia Militar.	1	3	4
	03007 - Aumentar em 45 o número de municípios atendidos pelos projetos sociais do Corpo de Bombeiros Militar.	2	4	6
	03009 - Capacitar 3.000 pessoas para atuarem como multiplicadores em prevenção e intervenção à violência contra crianças e adolescentes - Polícia Civil.	100	200	300
	03028 - Implantar e aparelhar 20 postos de articulação comunitária - SSPDS.	-	1	1
	03032 - Capacitar 4.000 cidadãos cearenses - SSPDS.	71	213	284
	03050 - Implantar 26 Postos de Identificação Civil distribuídos nas 8 macrorregiões do Estado do Ceará - Perícia Forense.	-	1	1
	015 - Segurança Pública Integrada	00827 - Oferecer cursos de formação continuada para 8.000 profissionais de segurança pública do Estado do Ceará - AESP.	50	150
01965 - Construir 12 Delegacias de Polícia Civil integrada com o destacamento da Polícia Militar no interior do Estado.		2	-	2
01966 - Reformar 15 Delegacias Regionais de Polícia Civil no interior do Estado.		1	-	1
01967 - Reformar 18 Distritos Policiais de Fortaleza e Região Metropolitana - Polícia Civil.		2	-	2
01969 - Adquirir 200 viaturas para atender a capital e interior do Estado - Polícia Civil.		3	14	17
01981 - Reaparelhar 105 delegacias da Polícia Civil.		2	7	9
02068 - Reformar 32 Quartéis da Polícia Militar.		1	2	3
02069 - Equipar 42 Quartéis da Polícia Militar com armamentos, equipamentos e aprestos utilizados pelos policiais militares.		1	2	3
02074 - Adquirir 872 viaturas para atender a capital e o interior do Estado - Polícia Militar.		28	40	68
02167 - Reformar as 24 unidades operacionais da capital, região metropolitana e interior do Estado do Corpo de Bombeiros Militar.		-	1	1
02168 - Construir 2 unidades operacionais na capital, 1 na região metropolitana e 6 no interior do Estado do Corpo de Bombeiros Militar.		-	2	2
02217 - Reaparelhar a área de tecnologia da informação do Corpo de Bombeiros Militar, com 76 equipamentos.		2	6	8

015 - Segurança Pública Integrada	02168 - Construir 2 unidades operacionais na capital, 1 na região metropolitana e 6 no interior do Estado do Corpo de Bombeiros Militar.	-	2	2
	02217 - Reaparelhar a área de tecnologia da informação do Corpo de Bombeiros Militar, com 76 equipamentos.	2	6	8
	02991 - Capacitar 1.600 membros dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) - AESP.	20	60	80
	03034 - Aparelhar e modernizar 13 unidades da Perícia Forense.	1	-	1
	03036 - Reformar 7 instalações físicas da Perícia Forense.	1	-0	1
016 - Gestão de Riscos e Desastres	00356 - Equipar e modernizar 11 unidades de defesa civil do Estado.	1	1	2
	00369 - Adquirir 28 veículos para as unidades de defesa civil do Estado.	-	4	4
	00867 - Capacitar 4.000 cidadãos cearenses em temas alusivos à vulnerabilidade social e prevenção de desastres - SSPDS.	71	213	284
	01440 - Realizar 48 cursos para capacitação dos integrantes dos órgãos estadual e municipais de defesa civil.	2	6	8
	01441 - Beneficiar 184 municípios atingidos por desastres para socorro às vítimas, reabilitação e reconstrução de cenários.	16	16	16
	01446 - Planejar e executar obras estruturantes para reduzir o potencial das ameaças naturais e socioambientais e as vulnerabilidades dos 184 municípios cearenses.	3	13	16
	01448 - Realizar 57 eventos de promoção da cultura de prevenção de riscos de desastres.	2	6	8
	01499 - Capacitar 10.000 alunos das escolas estaduais para a prevenção de riscos de desastres.	150	500	650
	02394 - Adquirir 75 viaturas operacionais do Corpo de Bombeiros Militar.	1	10	11
	03027 - Capacitar 360 bombeiros militares em prevenção e atuação em cenários de desastres e segurança pública.	10	30	40
	021 - Promoção da Juventude	00871 - Atender a 4.000 jovens com o desenvolvimento de projetos de promoção da defesa social e do protagonismo em favor da paz - SSPDS.	71	213
02467 - Expandir o atendimento para 1.113.600 crianças do Projeto "Turminha do Ronda" - Polícia Militar.		32.880	98.640	131.520
02468 - Atender a 167.000 crianças com o Projeto "Um dia com o Ronda na Escola".		5.050	15.150	20.200
02469 - Expandir o atendimento para 3.000 crianças do Projeto "Violão Comunitário" - Polícia Militar.		90	270	360
02496 - Contemplar 6.000 jovens com o projeto Jovem Bombeiro Voluntário.		188	564	752

024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	00176 - Capacitar 4.000 cidadãos cearenses na temática de Direitos Humanos - SSPDS.	71	213	284
	02580 - Confeccionar e distribuir 1.000.000 cartilhas sobre a temática dos direitos humanos - Polícia Militar.	26.000	78.000	104.000
025 - Enfrentamento às Drogas	00249 - Atender a 2.000 jovens no Projeto Reforçando Oportunidade e Negando Drogas (ROND) - SSPDS.	35	105	140
	00250 - Capacitar 4.000 conselheiros comunitários de defesa social na temática da prevenção à violência e ao uso indevido de drogas - SSPDS.	71	213	284
	02675 - Formar 400.000 estudantes (crianças e adolescentes) do Estado do Ceará, no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) - Polícia Militar.	11.000	33.000	44.000
	02676 - Expandir o PROERD para 145 municípios do Estado - Polícia Militar.	4	10	14
	02716 - Reparar 13 laboratórios de toxicologia nos núcleos regionais de Perícia Forense.	1	-	1
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	00887 - Capacitar 4.000 conselheiros comunitários de defesa social em ações de apoio à pessoa com deficiência - SSPDS.	71	213	284
	02801 - Qualificar 2.000 pessoas com cursos profissionalizantes - Corpo de Bombeiros Militar.	65	195	260
027 - Atenção à Pessoa Idosa	00891 - Capacitar 4.000 conselheiros comunitários de defesa social em ações de apoio à pessoa idosa - SSPDS.	71	213	284
	02912 - Beneficiar 400.000 idosos do Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade - Corpo de Bombeiros Militar.	12.500	37.500	50.000

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA - SEJUS

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	01299 - Realizar seminários temáticos em 91 dos municípios cearenses.	2	6	8
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	01306 - Promover a qualificação de 148 conselheiros da rede de garantia de direitos da pessoa com deficiência nas 8 macrorregiões.	3	9	12
	01307 - Fortalecer os 115 conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência.	2	7	9
	01308 - Assessorar na implantação de 75 novos conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência.	2	6	8

076 - Proteção e Cidadania	01126 - Atender 394.400 cidadãos por meio das ações dos caminhões do cidadão.	2.000	6.300	8.300
	01136 - Realizar 119 eventos de cidadania.	2	6	8
077 - Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária	01160 - Aumentar o número de vagas no Sistema Prisional, com a criação de 43 novas unidades.	-	3	3
	01167 - Manter e gerir 231 equipamentos penitenciários.	16	19	19
	01172 - Matricular 9.200 presos e egressos nas turmas do ensino fundamental, médio e superior.	74	222	296
	01176 - Apoiar 4.000 presos e egressos para a empregabilidade.	10	30	40

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO - DPGE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
088 - Promoção e Defesa de Direitos e Acesso à Justiça	01410 - Contemplar com os serviços da DPGE 100% das comarcas do Estado do Ceará.	8	8	8
	01416 - Ampliar e modernizar 51 núcleos avançados de atendimento da DPGE.	3	3	3
	01417 - Implantar e modernizar os núcleos descentralizados da DPGE nos municípios de Caucaia, Maracanaú, Sobral, Crato e Tauá.	-	1	1
	02990 - Garantir o acesso à Rede Mundial de Computadores em 51 comarcas em que haja serviços da DPGE.	3	3	3
	03011 - Garantir o acesso à internet em 10 comarcas em que haja serviços da DPGE.	1	1	1
	03019 - Implantar, ampliar e/ou modernizar 10 núcleos avançados, especializados e descentralizados da DPGE.	1	1	1

EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
023 - Igualdade Étnico-Racial	01113 - Criar e fortalecer 60 associações de comunidades quilombolas.	3	10	13
	01114 - Financiar 40 empreendimentos de infraestrutura, produtivos ou sociais para o desenvolvimento das comunidades quilombolas.	2	7	9
	01115 - Capacitar 2.000 pessoas em comunidades quilombolas.	100	200	300

028 - Desenvolvimento Agropecuário	00597 - Viabilizar 300.000 adesões de agricultores (as) ao Garantia Safra.	35.224	35.224	35.224
	00644 - Atender a 239.057 agricultores(as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas.	12.238	23.219	23.219
	00645 - Atender a 159.356 agricultores(as) familiares na produção e comercialização de alimentos agroecológicos com vistas a garantir a segurança alimentar das famílias.	8.158	15.478	15.478
	00646 - Atender a 82.127 agricultores(as) familiares nas microbacias assistidas, com tecnologias alternativas de convivência com o semiárido.	5.245	7.977	7.977
	00647 - Atender a 94.000 agricultores(as) familiares no financiamento e proteção da produção agropecuária (PRONAF, PGPAF E SEAF).	6.000	10.000	10.000
	00651 - Implantar 22.315 hectares com práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	658	2.632	3.290
	00652 - Beneficiar 17.151 famílias através da implantação das práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	554	2.201	2.755
	00653 - Implantar 1.000 Projetos Mandalla.	50	75	125
	00654 - Beneficiar 3.000 famílias com o Projeto Mandalla.	150	225	375
	00742 - Beneficiar 2.800 agricultores(as) familiares do setor da mandiocultura.	60	120	180
	00743 - Beneficiar 19.287 agricultores(as) familiares do setor da cajucultura.	585	1.067	1.652
	00745 - Beneficiar 151.332 agricultores(as) familiares com implantação de oleaginosas.	5.955	20.596	26.551
	00747 - Implantar 302.665 hectares de oleaginosas.	11.910	41.192	53.102
	00749 - Beneficiar 7.612 produtores da bovinocultura.	720	936	936
	00750 - Beneficiar 870 produtores da ovinocultura.	240	380	380
	00751 - Beneficiar 730 produtores da caprinocultura	80	120	120
	00752 - Beneficiar 2.350 apicultores.	215	279	279
	00753 - Apoiar a realização de 55 eventos promocionais.	5	7	7
	00755 - Beneficiar 16.581 agricultores(as) familiares com projetos de irrigação.	279	1.935	2.214
	00756 - Implantar 5.527 projetos produtivos de irrigação.	93	645	738
00757 - Implantar 3.400 medidores horosazonais.	34	102	136	

028 - Desenvolvimento Agropecuário	00765 - Classificar 4.149.488 toneladas de produtos de origem vegetal.	350	1.187	1.537
	00849 - Realizar 1.204 ações educativas de defesa sanitária.	20	60	80
	00850 - Realizar 260 análises de resíduos de agrotóxicos em hortigranjeiros.	2	6	8
	00851 - Fiscalizar 384.000 trânsito de animais e vegetais.	8.000	24.000	32.000
	00852 - Inspeccionar 560 estabelecimentos.	3	9	12
	00853 - Fiscalizar 600 eventos agropecuários.	12	36	48
	00854 - Fiscalizar 1.040 comércios estaduais de sementes e mudas.	20	60	80
	00954 - Atender a 34.560 agricultores(as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica existente para a produção irrigada.	1.943	3.357	3.357
	00955 - Atender a 11.364 agricultores(as) familiares na implantação e revitalização de agroindústrias rurais de beneficiamento e processamento.	829	1.104	1.104
	00958 - Capacitar 55.364 agricultores(as) familiares para a produção e gestão de projetos associativos.	2.448	5.377	5.377
	00988 - Beneficiar 986 agricultores(as) familiares com crédito Fedaf.	33	49	82
	01011 - Recuperar 46.500 hectares de cajueiros improdutivos através da substituição de copa.	200	1.300	1.500
	01025 - Adquirir e distribuir 24.676 toneladas de sementes.	1.008	3.967	4.975
	01030 - Beneficiar 350.000 agricultores(as) familiares com sementes e mudas.	24.061	52.631	52.631
	01129 - Elaborar e financiar 235 projetos de inclusão econômica.	3	27	30
	01134 - Adquirir 400 tratores com equipamentos e implementos agrícolas, para beneficiar comunidades rurais.	12	36	48
	01140 - Realizar 1.673 eventos de capacitação.	70	140	210
	01146 - Implantar 8.000 quintais produtivos.	240	720	960
	01286 - Beneficiar 360.000 agricultores(as) familiares com recursos do Pronaf.	2.800	8.400	11.200
	01496 - Implantar 1.000 projetos produtivos e de sustentabilidade ambiental.	48	352	400

029 - Enfrentamento à Pobreza Rural	00683 - Construir 2.000 habitações rurais nos imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.	60	180	240
	00773 - Beneficiar 109.997 pessoas, diariamente, com distribuição de leite.	8.190	9.009	9.009
	00775 - Ampliar a cobertura do Leite Fome Zero para 180 municípios.	16	16	16
	00776 - Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos.	5.445	16.335	16.335
	00777 - Beneficiar 8.268 agricultores(as) familiares com aquisição de sua produção.	420	1.260	1.260
	00779 - Ampliar para 99 municípios a cobertura do PAA nos 06 territórios da cidadania e CONSAD.	15	15	15
	00781 - Distribuir para 1.788 entidades sócioassistenciais locais alimentos produzidos pela agricultura familiar.	90	270	270
	00782 - Implantar o PAA em 117 assentamentos estaduais e comunidades tradicionais.	10	15	15
029 - Enfrentamento à Pobreza Rural	00793 - Executar 24 projetos de educação do campo em assentamentos e comunidades tradicionais.	1	2	3
	00795 - Beneficiar 7.520 famílias em assentamentos e comunidades tradicionais com projetos de educação do campo.	315	625	940
	00796 - Beneficiar 3.200 famílias com Planos de Desenvolvimento em Assentamentos e Comunidades Tradicionais.	100	300	400
	00797 - Elaborar 224 Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos e Comunidades Tradicionais.	7	21	28
	00799 - Atender a 8.000 famílias com ATER em assentamentos e comunidades tradicionais.	250	750	1.000
	00801 - Incentivar a averbação da área de reserva legal em 200 assentamentos.	10	31	41
	00802 - Incentivar a recuperação do passivo ambiental em 100 assentamentos.	5	16	21
	00803 - Recuperar açudes em 18 assentamentos.	1	2	3
	00804 - Apoiar a implantação de infraestrutura em 72 assentamentos e comunidades tradicionais.	3	9	12
	00805 - Apoiar a implantação de projetos produtivos em 24 assentamentos e comunidades tradicionais.	1	2	3
	00809 - Implantar 1.280 bibliotecas rurais.	40	120	160
	00811 - Capacitar 1.280 agentes de leitura no âmbito do Arca das Letras.	40	120	160
	00812 - Implantar 320 casas digitais.	10	30	40
	00813 - Capacitar 12.800 gestores comunitários.	400	1.200	1.600

029 - Enfrentamento a Pobreza Rural	00814 - Apoiar a implantação de 160 bibliotecas rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	5	15	20
	00815 - Apoiar a implantação de 184 casas digitais em assentamentos e comunidades tradicionais.	8	15	23
	00816 - Apoiar ações de arte e cultura em 32 assentamentos e comunidades tradicionais.	1	3	4
	00817 - Beneficiar 2.400 famílias com a aquisição de imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional do Crédito Fundiário - PNCF.	65	185	250
	00979 - Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar.	971	3.884	3.884
	00985 - Atender a 159.356 famílias de agricultores(as) familiares, na produção agroecológica e solidária.	8.158	15.478	15.478
	00994 - Atender a 4.725 famílias de agricultores(as) familiares para o acesso aos financiamentos do Projeto São José, Fedaf e Fecop na implantação e condução de projetos produtivos e de comercialização.	345	459	459
	01010 - Acompanhar e colaborar na estruturação do curso agropecuário em 05 escolas profissionalizantes.	2	2	2
	01132 - Construir 250 habitações rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	20	31	51
	01133 - Reformar 1.200 habitações rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	63	188	251
	01179 - Implantar 100.000 cisternas de placas para consumo humano, nas comunidades rurais.	10.000	2.200	12.200
	01180 - Implantar 340 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais.	9	22	31
	01181 - Elaborar 159 Planos de Água Municipal (PAM).	6	15	21
	03010 - Construir 12.000 kits sanitários.	262	787	1.049
	067 - Desenvolvimento Territorial Rural	00900 - Apoiar 13 colegiados territoriais na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e solidário.	1	1
00907 - Implantar 104 projetos de infraestrutura nos territórios rurais.		2	6	8
01014 - Cadastrar, georreferenciar e regularizar 32.000 imóveis rurais.		742	1.114	1.856
01016 - Titular 51.709 posses de imóveis rurais.		1.208	1.812	3.020
01018 - Reconhecer 21.580 domínios de imóveis rurais.		520	780	1.300
01023 - Atender a 3.200 famílias minifundistas.		200	800	1.000
01681 - Implantar 30 projetos de agroindústria familiar nos territórios do Estado do Ceará.		-	1	1

SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA – SPA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
036 - Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura	00115 - Distribuir 29.000.000 de alevinos, em 1200 açudes, beneficiando 30.000 famílias.	800.000	2.780.000	3.580.000
	00116 - Implantar 49 projetos de aquicultura.	1	2	3
	00117 - Beneficiar 980 aquicultores familiares.	20	60	80
	00119 - Beneficiar 5.500 pescadores artesanais continentais.	200	500	700
	00127 - Implantar 58 infraestruturas de apoio a conservação, higienização e beneficiamento visando o aproveitamento integral do pescado.	1	4	5
	00131 - Recuperar 45 estruturas físicas e instrumentalizar as entidades representativas de pescadores.	1	4	5
	00228 - Realizar 192 operações de fiscalização de atividade de pesca e da aquicultura.	6	18	24
	00270 - Capacitar 6.100 pescadores artesanais (sendo 600 para atuar na pesca em águas profundas e oceânicas).	100	300	400
	00271 - Capacitar 2.760 aquicultores.	50	150	200
	00272 - Prestar assistência técnica a 8.860 pescadores e aquicultores.	100	300	400
	00276 - Construir 2.000 unidades habitacionais.	-	100	100
	00279 - Implantar 10 projetos de apoio a pesca e aquicultura ornamental no Estado.	-	1	1
	01467 - Realizar 68 estudos inovadores e pesquisas científicas aplicadas para incrementar a produção pesqueira e aquícola.	2	7	9

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL - CEDE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
078 - Indústria, Serviços, Mineração e Agronegócio	00913 – Implantar 105 empreendimentos de médio e grande porte.	1	4	5

SECRETARIA DAS CIDADES - CIDADES

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
031 - Desenvolvimento Urbano	00124 - Realizar 23 intervenções urbanas estruturantes.	-	1	1
	00125 - Executar 635 intervenções urbanas.	20	61	81
032 - Saneamento Ambiental	00199 - Executar 87.301 ligações domiciliares de esgoto.	-	2.930	2.930
	00522 - Beneficiar 8 regiões de planejamento com diagnósticos da infraestrutura de macrodrenagem	-	1	1
	01691 - Executar 41.176 ligações domiciliares de água.	151	483	634
033 - Habitacional	00231 - Beneficiar 16.000 famílias com instalações sanitárias individuais.	500	1.500	2.000
	00232 - Beneficiar 20.000 famílias com fogões ecoeficientes.	625	1.875	2.500
033 - Habitacional	00233 - Beneficiar 8.000 famílias com melhorias habitacionais.	250	750	1.000
	00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais.	630	653	1.283
034 - Desenvolvimento Regional	00222 - Apoiar 152 Projetos de Inserção Produtiva.	6	9	15
	00223 - Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APLs.	-	1	1
	00224 - Capacitar 700 produtores de Arranjos Produtivos Locais e de Projetos de Inserção Produtiva.	20	80	100

CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE - CONPAM

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	01516 - Implantar/implementar oito Centros Integrados de Apoio à Logística Reversa.	-	1	1
	01517 - Implantar a Gestão Regionalizada de Resíduos Sólidos em 03 macroregiões administrativas do território cearense.	1	-	1
	01528 - Construir quinze viveiros de mudas regionais.	1	1	2
	01603 - Criar 3 Unidades de Conservação no Ceará (Unidades Estaduais).	-	1	1
084 - Educação Ambiental	01579 - Realizar 600 eventos informativos e educativos (fóruns, congresso, seminários, campanhas educativas, exposições, blitz, etc) com a temática ambiental.	20	60	80
	01583 - Apoiar 64 cursos (8 por macro região) de replicação da capacitação de professores (como Educadores Ambientais) nos municípios cearenses.	3	5	8
090 - Desenvolvimento Sustentado dos Territórios	01531 - Descentralizar a Gestão Ambiental em 20 municípios do Estado.	1	1	2
	01536 - Capacitar 1.500 pequenos produtores rurais na utilização de base ecológica/orgânica.	200	300	500
	01556 - Realizar 10 workshops para difundir experiências adaptadas aos biomas, caatinga, mata atlântica e ecossistemas associados.	1	2	3
	01561 - Implantar 16 arranjos produtivos locais.	-	4	4
	01563 - Executar o plano de capacitações (20 capacitações).	5	15	20
	01564 - Monitorar 74 subprojetos na área de atuação do Projeto Mata Branca.	74	74	148
	01566 - Executar 1 plano de mídia.	1	-	1
	01567 - Elaborar e executar o Projeto Sementes do Trabalho em parceria com EMBRAPA/IBF/STDS (na área de intervenção do projeto).	1	-	1

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
039 - Transferência Hídrica e Suprimento de Água	01361 - Construir 407 km de adutoras.	7	8	15
	01374 - Instalar 780 pequenos sistemas de abastecimento d'água em todo o Estado do Ceará.	15	57	72
	01375 - Construir 970 poços em todo o Estado do Ceará.	17	66	83
	01379 - Revitalizar 600 pequenos sistemas de abastecimentos d'água em todo o Estado do Ceará.	18	54	72
040 - Acumulação Hídrica	01335 - Construir 12 barragens aumentando a acumulação hídrica do Estado em 256 milhões de m ³ .	1	-	1
041 - Gestão dos Recursos Hídricos	01486 - Realizar 40 inventários ambientais.	2	4	6
	01487 - Monitorar 136 açudes públicos e 02 aquíferos.	19	19	19

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
003 - Transporte e Logística do Estado do Ceará	00082 - Conservar 11.000 km de rodovias.	1.396	1.396	1.396
	00341 - Pavimentar (implantar) 582 km de rodovias.	-	68	68
	00526 - Manter 13 aeroportos/aeródromos regionais.	1	-	1
005 - Infraestrutura Complementar das Regiões do Estado do Ceará	00046 - Atender com telefonia pública a 200 localidades rurais do Estado do Ceará.	10	10	20
054 - Edificações e Obras Públicas do Estado do Ceará	00268 - Fiscalizar e gerenciar 496 obras de edificações públicas.	13	20	33
	00312 - Construir, ampliar e reformar 900 abrigos rodoviários de passageiros.	10	30	40

4.3 - GRANDES NÚMEROS DO PPA

O planejamento do Governo do Estado do Ceará para o próximo quadriênio, constante do PPA 2012-2015, indica a aplicação de recursos na ordem de R\$ 84,6 bilhões, distribuídos entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, bem como o Ministério Público. Esse montante compreende o Orçamento

Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimento das Estatais não Dependentes e de Recursos Extraorçamentários, tais como as Parcerias com a Iniciativa Privada.

A tabela a seguir mostra os valores especificados por fonte, bem como a participação relativa de cada um no total dos recursos para o período do PPA:

FONTE	VALOR (R\$ bilhões)	%
Fiscal/Seguridade Social	80,4	95,0%
Investimentos das Estatais	1,7	2,0%
Extra Orçamentária	2,5	3,0%
TOTAL	84,6	100%

Para a consecução dos objetivos, metas e iniciativas propostas no Plano Plurianual 2012-2015, o Estado prevê recursos, exclusivamente orçamentários, no montante de R\$ 82,1 bilhões, os quais são originados, principalmente, do tesouro estadual, de operações de crédito, de transferências intergovernamentais e da arrecadação própria dos Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, em que o Estado detém a maioria do capital.

O financiamento do tesouro estadual corresponde, especialmente, às fontes de arrecadação de tributos de competência estadual, a cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e da Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás (Royalties), totalizando cerca de R\$ 67,0 bilhões para o período.

Com relação às Operações de Crédito, o

Estado projeta uma carteira de empréstimos no montante de R\$ 5,7 bilhões, mantendo um endividamento público responsável, assegurando o financiamento de projetos estratégicos.

No que concerne às transferências intergovernamentais, provenientes principalmente de convênios celebrados com o Governo Federal, o Estado prevê uma captação em torno de R\$ 4,1 bilhões. As transferências voluntárias são demais relevantes para a composição do financiamento de obras como a Integração das Bacias Hidrográficas do Ceará, a Adequação de Trechos Rodoviários e a expansão da infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional, além de projetos de enfrentamento à pobreza, dentre outros.

O Financiamento do Plano, em termos orçamentários e por área temática, se consolida com a seguinte composição:

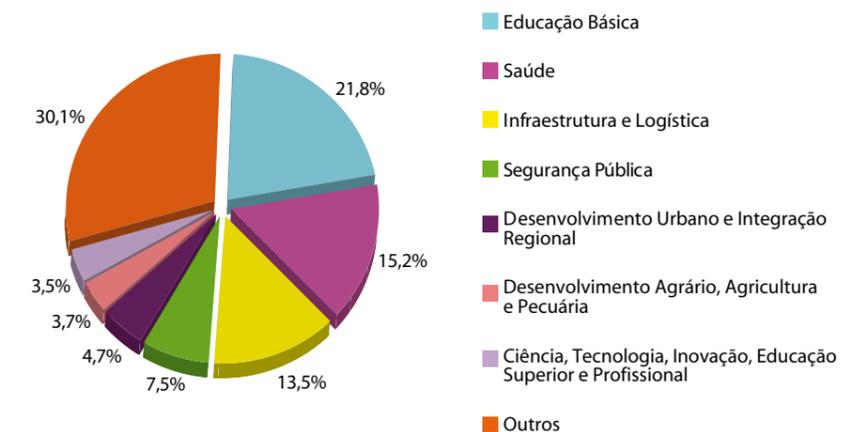
FINANCIAMENTO	VALOR (R\$ bilhões)	%
Tesouro Estadual	67,0	81,6%
Operações de Crédito	5,7	7,0%
Convênios	4,1	5,0%
Arrecadação Própria da Administração Indireta	2,4	2,9%
Outras Receitas	2,9	3,5%
TOTAL	82,1	100%

A alocação dos recursos por Área Temática, excluindo as transferências obrigatórias aos municípios e demais encargos gerais do Estado, bem como a reserva de contingência, obedecem à seguinte distribuição:

ÁREA TEMÁTICA	VALOR (R\$ bilhões)	%
Educação Básica	12.829,5	21,7%
Saúde	8.950,7	15,2%
Infraestrutura e Logística	7.955,3	13,5%
Segurança Pública	4.448,3	7,5%
Desenvolvimento Urbano e Integração Regional	2.783,3	4,7%
Gestão Fiscal	2.232,7	3,8%
Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária	2.206,9	3,7%
Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional	2.037,6	3,5%
Governo e Sociedade	1.734,8	2,9%
Recursos Hídricos	1.131,4	1,9%
Turismo	1.103,1	1,9%
Desenvolvimento Social e Trabalho	1.055,1	1,8%
Planejamento e Gestão	982,5	1,7%
Desenvolvimento Econômico	900,4	1,5%
Justiça e Cidadania	797,3	1,4%
Acesso à Justiça	371,4	0,6%
Copa 2014	355,6	0,6%
Meio Ambiente	296,4	0,5%
Cultura	285,7	0,5%
Esporte e Lazer	203,5	0,3%
Aquicultura e Pesca	132,5	0,2%
Correição e Disciplina	45,5	0,1%
Controladoria e Ouvidoria	38,1	0,1%
Subtotal – Poder Executivo	52.877,6	89,6%
Judiciário	3.299,8	5,6%
Legislativo e Controle Externo	1.874,1	3,2%
Essencial à Justiça	944,1	1,6%
TOTAL	58.995,6	100,0%

Do total de recursos aplicados nas áreas temáticas, destacam-se Educação Básica; Saúde; Infraestrutura e Logística; Segurança Pública; Desenvolvimento Urbano e Integração Regional; Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária; e, Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional que respondem com 70% de todos os recursos considerados, conforme gráfico que se segue:

Distribuição percentual dos Recursos Aplicados das áreas Temática





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão*

VICE-GOVERNADORIA

VICE-GOVERNADOR

Domingos Gomes de Aguiar Filho

SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Irapuan Diniz de Aguiar Júnior

SECRETÁRIA ADJUNTA DA VICE-GOVERNADORIA

Sílvia Helena Goes Moura

SECRETÁRIA EXECUTIVA DA VICE-GOVERNADORIA

Rossana Catunda Resende Sousa

COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS

Francisco José Caminha Almeida

COORDENADOR DO PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO

Antônio Nóbrega Filho

SUPERVISORA TÉCNICA

Maria Tereza Andrade Barros

ASSESSORIA TÉCNICA

Fátima Lúcia de Andrade Feitosa

AUXILIARES

Luana Duarte Paiva

Lúcia Beatriz de Abreu Camilo

Samuel de Oliveira Lins



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão*

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

SECRETÁRIO

Antonio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

SECRETÁRIO ADJUNTO

Philippe Theóphilo Nottingham

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Marcos Antônio Brasil

**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - CPLOG**

Ana Lúcia Lima Gadelha

Naiana Corrêa Lima

Marcos Medeiros de Vasconcellos

Gerência da Célula do Planejamento Participativo e Regionalizado

Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha

Equipe Técnica responsável pela elaboração

Ana Lúcia Lima Gadelha

Adelaide Maria Braga da Silva Prata

Fátima Coelho Benevides Falcão

Francisca Maria de Sousa Moreira

Francisco Menezes de Freitas

Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha

Maria Carmelita Sampaio Colares

Maria Lúcia Holanda Gurjão

Maryland de Oliveira Marinho

Renata Pontes Viana

Sandra de Souza

Sandra Maria Braga

Virgínia Dantas Soares Teixeira

HINO DO CEARÁ

POESIA DE THOMAZ LOPES

MÚSICA DE ALBERTO NEPOMUCENO

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de pratas rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada ao vê-las,
Ressoe a voz dos ninhos...
Há de florar nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos

Seja teu verbo a voz do coração,
- Verbo de paz e amor do sul Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão,
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que o teu barco seja um nada.
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros?

Sim, nós te amamos, em aventuras de mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras florestas
Brotem do solo em rumorosas festas!



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão